

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 SRP 009/2025			
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO - PMR			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2025			
TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM		
MODO DE DISPUTA	Aberto		
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá integralmente à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 [Lei de Licitações e Contratos Administrativos] e Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 [Registro de Preços], e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006, assim como as cláusulas e condições constantes deste Edital.		
ОВЈЕТО	A presente Licitação tem por objeto o registro de preço para fornecimento de material e equipamentos odontológicos destinado a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme conforme especificações contidas neste Termo de Referência.		
		DIA	HORÁRIO
ABERTURA DA SESSÃO		19/11/2025	09:00hs

Este Pregão é destinado, **EXCLUSIVAMENTE** para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, respaldado nos termos no art. 48, inciso I e da Lei Federal nº 123/2006 e suas alterações e Decreto Federal 8.538/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo explicitadas neste edital será observado o **horário de Brasília.**

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL

Prefeitura Municipal de Riachuelo

Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 72, Bairro Centro, Riachuelo, Estado de Sergipe.

PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE PREGÃO

Pregoeiro(a): Izaura Maria Moura Ferreira Almeida

E-mail: <u>licitacaopmr21@gmail.com</u>

OBSERVAÇÃO: Os interessados deverão acessar o https://www.licitanet.com.br e https://www.licitanet.com.br e https://www.licitanet.com.br e https://www.licitanet.com.br e https://www.licitanet.com.br e https://www.riachuelo.se.gov.br, onde o edital estará disponível ou na dirigir-se a Prefeitura Municipal de Riachuelo no endereço acima citado.

LOCAL DA DISPUTA - Portal https://www.licitanet.com.br/

As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma Portal de Licitações – Licitanet, site: https://www.licitanet.com.br (34) 2512-6500 (Suporte aos Fornecedores) ou pelo e-mail o fornecedor@licitanet.com.br / comercial@licitanet.com.br.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do município de RIACHUELO, Estado de Sergipe, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.757.681-0001/53, com sede à Avenida Júlio Vieira de Andrade, nº 42, Bairro Centro, Riachuelo, Estado de Sergi, POR SEU(UA) PREGOEIRO(A), designado pela Portaria em anexo, torna público que realizará o certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, PARA REGISTRO DE PREÇOS. Este procedimento administrativo obedecerá aos preceitos de direito público e em especial as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 [Lei de Licitações e Contratos Administrativos] e Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 [Registro de Preços], e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006, e será regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e nos seus anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER contido nos autos deste Processo Administrativo, observando o seguinte:

1.0 DO OBJETO:

1.1 Refere-se ao registro de preço para fornecimento de material e equipamentos odontológicos destinado a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme conforme especificações contidas neste Termo de Referência, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, conforme demandas encaminhadas pelo Fundo Municipal de Saúde conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

2.0 DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

- 2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
- a) **DO ÓRGÃO GERENCIADOR**: Será o Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.757.681-0001/53,

3.0. CREDENCIAMENTO:

- 3.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site https://licitanet.com.br/;
- 3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 3.4 Aplicam-se nesse edital as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 3.5 O licitante deve assinalar em campo próprio do sistema a Declaração de ME/EPP e que terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, como

microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

- 3.6 A obtenção de benefícios a que se refere o item 3.4 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação;
- 3.7 O licitante que deixar de apresentar as declarações acima não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;
- 3.8 A empresa que declarar falsamente enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), para beneficiar-se do tratamento diferenciado, incorrerá em infração penal e estará sujeita às penas previstas na lei de licitações, sem prejuízo das demais penalidades cíveis, criminais e administrativa cabíveis;
- 3.9 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

4.0 PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- 4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;
- 4.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;
- 4.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);
- 4.4 **Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site https://licitanet.com.br/;
- 4.4.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.
- 4.4.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

- 4.4.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;
- 4.4.4 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;
- 4.4.5 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: https://licitanet.com.br/;
- 4.4.6 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 4.4.7 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;
- 4.4.8 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

4.5 Não poderão participar direta ou indiretamente desse PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.5.1 O impedimento de que trata a alinea "a" do do item 4.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5.2 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, **Ressalva:** É possível a participação de empresas em

recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

- 4.5.3 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública. Para verificação das condições definidas neste item, o Pregoeiro, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS;
- 4.5.4 Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;
- 4.5.5. Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial;
- 4.5.6 Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.6 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

- 4.6.1 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;
- 4.6.2 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;
- 4.6.3 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;
- 4.6.4 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- 4.6.5 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.6.6 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

5.0 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (https://licitanet.com.br/), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, PROPOSTA com a "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

- 5.2 As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 5.3 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pelo(a) pregoeiro(a);
- 5.4 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;
- 5.5 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;
- 5.6 Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;
- 5.7 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- 5.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;
- 5.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 5.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 5.12 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.0 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1 Valor unitário e total do item;
- 6.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do



Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, a marca, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;
- 6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- 6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- 6.6 A proposta deverá ser apresentada conforme modelo disposto no ANEXO II deste Edital.

7.0 ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 7.1 No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;
- 7.2 O(a) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;
- 7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**;
- 7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta comprovadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;
- 7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo(a) pregoeiro(a);
- 7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site https://www.licitanet.com.br/, conforme Edital;
- 7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto



em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **R\$ 0,01 (um centavo)**;

- 7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO",** hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;
- 7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02** (**dois**) **minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 7.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (**R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;
- 7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar. Adotado o criterio de julgamento de menor preço, poderá ocorrer lances intermédiarios iguais ou superiores ao menor já ofertado.
- 7.17 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 7.18 Sendo efetuado lance comprovadamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 7.19 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 7.20 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 7.21 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 7.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a



dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site https://licitanet.com.br/;

- 7.23 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 7.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 7.25 **Nos casos específicos**, em relação a itens **NÃO** exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:
- 7.25.1 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;
- 7.25.2 Entende-se como empate àquelas situações em que as <u>propostas apresentadas pelas</u> <u>microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada</u>, depois de encerrada a etapa de lances;
- 7.25.3 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 7.25.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 7.25.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 7.25.6 Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 7.26 O disposto no item 7.25 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 7.27 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- I disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- III desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.28 As regras previstas no item 7.27 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.30 Conforme estabelecido no item 7.29, definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;
- 7.31 Após concluida a negociação, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.0 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital;
- 8.2 Serão desclassificadas as propostas que:
- I contiverem vícios insanáveis;
- II não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 8.2.1 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;
- 8.2.2 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do do item 8.2;



- 8.2.3 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
- 8.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6 O(a) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;
- 8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;
- 8.6.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;
- 8.6.4 Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade;
- 8.6.5 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;
- 8.6.6 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;
- 8.6.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 8.6.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.6.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.0 ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos de habilitação, relacionados no subitem 10, deverão ser cadastrados previamente no sistema, no momento em que, o licitante cadastre sua proposta de preços. As documentações cadastradas pelas empresas participantes são bloqueadas para os demais participantes, inclusive o Pregoeiro.
- 9.2 Após a etapa competitiva, quando da declaração da empresa vencedora da licitação, os documentos de habilitação cadastrados no sistema, serão automaticamente disponibilizados para a verificação do(a) Pregoeiro(a).
- 9.3 Nos procedimentos realizados neste pregão eletrônico, a Administração determina, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico;
- 9.4 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 9.5 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, quando necessária, poderá ser feita perante um agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- 9.6 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- 9.7 Os atos serão digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

10.0 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1 Na fase de habilitação o licitante deverá prestar as seguintes declarações:
 - a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;
 - b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;
 - c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

- d) Declaração do licitante de observância do limite na licitação para obtenção de benefícios da LC 123/2006, estando limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).
- 10.2 Havendo disponilidade no sistema eletrônico de pregão, as declarações acima poderão ser feitas eletronicamente, devendo o licitante assinalar em campo próprio do sistema, caso inexista campo apropriado no sistema, tais declarações deverão ser produzidas por escrito, com data e local de sua realização e assinatura do responsável, e juntadas aos documentos de habilitação, sob pena de inabilitação. A declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas em Leis e neste Edital.

10.3 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.3.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 10.3.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.
- 10.3.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- 10.3.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 10.3.5 Será inabilitada a empresa que apresentar objeto social incompatível com objeto desta licitação.

10.4 DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 10.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ.
- 10.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, com seus respectivos prazos de validade em vigor.
- 10.4.3 Prova de regularidade perante a **Fazenda Federal** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma de lei especifica;
- 10.4.4 Prova de Regularidade para com as **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei especifica;
- 10.4.5 Prova de Regularidade para com as **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei especifica;

- 10.4.6 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (**Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**), na forma de lei especifica;
- 10.4.7 Prova de regularidade relativa ao **FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF)**, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos, na forma de lei especifica;
- 10.4.8. Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;
- 10.4.7. Os documentos relacionados nos subitem 10.4.1 a 10.4.7 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico;
- 10.4.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 10.4.9. Quando uma microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora e haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5** (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 10.4.10. A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 10.4.11. Serão admitidas em conformidade com o artigo 206 do Código Tributário Nacional, certidões positivas com efeitos negativos.

10.5 DA QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

10.5.1 Técnico operacional para desempenho do fornecimento compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestados ou Certidões, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento e que seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

10.5DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.5.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante.

10.6 DA ANÁLISE

10.6.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das

condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (http://www.portaltransparencia.gov.br);
- b) no cadastro de municipal de empresas que estejam com suspensas ou com o impedimento do direito de participar de licitação ou contratar com o Município de Riachuelo/SE;
- c) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponíve no Portal (https://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php);
- 10.6.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 10.6.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 10.6.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 10.6.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- 10.6.5Para fins de habilitação, não será admitida complementação ou retificação da documentação apresentada, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o Artigo 43, § 1º, da LC nº 123/06.
- 10.6.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.6.7 Para fins de habilitação, não será admitida complementação ou retificação da documentação apresentada, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o Artigo 43, § 1º, da LC nº 123/06;
- 10.6.8 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.6.9Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro



suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

- 10.6.10Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.6.11Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;
- 10.6.12Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 10.6.13Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.
- 10.6.14A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11 ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02** (duas) horas ou superior, a depender do caso, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, conforme modelo presente no ANEXO II, e deverá:
- 11.2 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 11.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- 11.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;
- 11.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;
- 11.6 Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/2021);
- 11.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

- 11.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;
- 11.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

12 RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- 12.1 Os atos da Administração decorrentes da aplicação deste Edital cabem:
- **I RECURSO**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- **II PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
- 12.2 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do Iitem 12.1, serão observadas as seguintes disposições:
- I declarado o vencedor a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, do qual será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do item 12.1 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- II a apreciação dar-se-á em fase única.
- 12.3 O recurso de que trata o inciso I do item 12.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 12.5 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no Diario Oficial do Municipio.
- 12.6 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 12.7 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro o juízo de admissibilidade de verificação



da existência dos requisitos legais necessários para o conhecimento do recurso, permitindo a análise das razões, tais requisitos são os pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, motivação, legitimidade e interesse, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

- 12.8 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;
- 12.9 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 12.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 12.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13.0 REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.1.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- 13.1.3.Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- 13.1.4. Nos casos de necessidade de verificação dos documentos de habilitação de forma minuciosa;
- 13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;
- 13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

14.0 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;
- 14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela autoridade competente.

15.0 DO REGISTRO DE PREÇOS

I - FORMALIZAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA:

- 15.1 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:
 - a) serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, e obrigar-se nos limites dela;
 - b) será incluído na ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - c) dos licitantes que mantiverem sua proposta original; e
- 15.1.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

II - ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 15.2 Após o encerramento da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no **prazo de 05 (cinco) dias**, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante melhor classificado e convocado, desde que:
 - a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b) a justificação apresentada seja aceita pela Administração.
- 15.2.2. Na hipótese do convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no item 15.2 e subitem 15.2.1, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;
- 15.2.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o subitem 15.2.2 aceitar a contratação nos termos previstos no referido subitem, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - a) convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

III - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, será pelo período de 01(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84, Lei 14.133/2021).

15.3.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

IV - PREÇOS REGISTRADOS:

- 15.4. O preço registrado e a indicação dos respectivos detentores da ata serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 15.5. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços;
- 15.6. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil;
- 15.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada (Art. 86, Lei 14.133/2021);

V - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 15.8. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/ 2021;
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
 - c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

15.9. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior o preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;
- **15.10.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o Detentor da Ata, **mediante** requerimento comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:
 - a) Liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade,



confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

- b) Convocar os demais Detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação;
- c) Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15.11. O Detentor da Ata terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho, instrumento equivalente ou assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) O Cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

15.12. Nas Atas de Registro de Preços são indicados um Fiscal e o Gestor, que será responsável pelas rotinas de controle dessas atas, como:

- a) Controle dos saldos;
- b) Vigência da ata;
- c) Controle sobre o Cadastro Reserva, os quais, quando houver, serão registrados na Ata de Registro de Preços, em sintonia com o Art. 82, § 5º, inciso VI;
- d) Controle das Solicitações de Consumos de Ata;
- e) Controle sobre as entregas, seus locais e seus prazos;
- f) Controle sobre o recebimento do objeto;
- g) Controle sobre as liquidações de Notas Fiscais;
- h) Controle das obrigações de ambas as partes;
- i) Controle sobre eventuais solicitações de troca de marca e de prorrogação do prazo de entrega;
- j) Controle sobre eventuais notificações e eventuais sanções, entre outros.

15.13. Os órgãos ou entidades que não participarem do procedimento licitatório poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.14 A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

 a) Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou b) Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

15.15. Limites de adesão a ata de registro de preços por íorgãos ou entidades não participantes:

- a) As adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- b) O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 15.16. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de Detentores a terem preços registrados, convocará os representantes para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;
- 15.17. A contratação com os detentores da Ata de Registro de Preõs será formalizada por intermédio do instrumento de contratual, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
- 15.18. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 124 da Lei 14.133/2021, e as condições previstas neste edital;

16.0 DO ACOMPANHAMENTO

16.1 A execução do objeto será fiscalizada pelo setor competente, com autoridade para exercer, em nome do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização objeto do contrato.

17.0 DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Nos termos dos artigos 92 inciso XVIII e art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a Administração designará o servidor pertencente ao quadro para acompanhar e fiscalizar a execução do mesmo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, com o auxilio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

18.0 DO PAGAMENTO

18.1 O prazo para pagamento das notas fiscais apresentadas será de 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal, devidamente atestada e acompanhadas das certidões negativas, no protocolo da SEFIN (Secretaria de Finanças) devendo esta ser apresentada, com o atesto do fiscal do contrato, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de Fornecimento/Serviços, com o respectivo termo de recebimento, atestado pelo setor competente da Prefeitura; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Certidão de Débitos Trabalhistas.

- 18.2 Os documentos de cobrança relacionados acima, deverão ser apresentados nas Secretarias Solicitantes, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores.
- 18.3 O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º§ 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.4 No ato do pagamento, a CONTRATANTE efetuará a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstas em lei, desde que os mesmos sejam incidentes sobre os produtos fornecidos.
- 18.5 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 18.6. É vedado qualquer reajuste de preços pelo prazo de 12 (doze) meses do contrato, exceto por força de legislação ulterior que o permita, porém, poderá haver revisão de valores, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, nos termos do art. 124, II "d", da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte do fornecedor, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e /ou fato da administração, desde que imprevisíveis ou de difícil previsão, observado em qualquer caso o disposto em lei e nesse Edital.

Parágrafo Único: O prazo de 30 (trinta) dias para pagamento das notas fiscais, que se trata o subitem 19.1 deste edital, será contado a partir da data da entrega da nota fiscal na Secretaria de Finanças deste Município, sendo a data da liquidação da Nota Fiscal no Sistema de Contabilidade utilizada pelo município, conforme versa a liquidação estabelecida no Art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

20.0 DOS REAJUSTES DE PREÇOS E EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

- 20.1 O valor contratado poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, observada a variação do IPC-A para o período ou outro indicador que venha a substituí-lo, em conformidade com o prazo estabelecido e mediante acordo formal entre as partes;
- 20.2. O reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado a data base de apresentação orçamento, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período;
- 20.3 Para majorar, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, II "d", da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;
- 20.4 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

20.5 O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de até 30 (dias), contado da data do pedido da documentação.

21.0 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO ou EXECUÇÃO DO SERVICO

21.1 O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", em se tratando de compras, ou o inciso I, alineas "a" e "b", no caso de serviços, ambos descritos na Lei nº 14.133/2021, com alterações posteriores e nos termos fixados no Anexo II, observando-se a sua conformidade com as previsões deste Instrumento Convocatório.

22.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, conforme disposto no art. 156 da lei nº 14.133/2021:
- I Advertência;
- II Multa;
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 22.2 Na aplicação das sanções serão considerados:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 22.3. Será aplicada a sanção prevista no inciso I do item 22.1 na hipótese de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 22.4. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma:
- 22.4.1. De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na entrega/prestação do serviço, observada a seguinte gradação:
- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%;
- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%;
- c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%;
- d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%;
- e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
- 22.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;
- 22.6 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 22.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

- 22.7. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 22.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- 22.8 A sanção prevista no inciso III do item 21.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de Laranjeiras/SE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 22.9 A sanção prevista no inciso IV do item 22.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 22.10 A sanção estabelecida no inciso IV do item 22.1 será precedida de análise jurídica;
- 22.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;
- 22.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 22.13 A aplicação das sanções previstas no item 22.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa do Município e Fundos para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, tomada às devidas cautelas de para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil prévio a cada necessidade de compra/serviço, cujo programa de trabalho e elemento de despesa específico constarão nas respectivas Notas de Empenhos.

24.0 DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

24.1 Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação;

Parágrafo Único: A notificação a que se refere o *caput* deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial do Município e no quadro de avisos da Prefeitura.

24.2 Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 48 (quarenta



- **e oito) horas,** após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço encaminhará a Comissão de Processo Administrativo a qual instaurará processo administrativo punitivo;
- 24.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no item 24.4 deste edital. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;
- 24.4 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 24.1 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- 24.5 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação;
- 24.6 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 24.7 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do do item 24.1 deste edital, serão aplicadas de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, do qual estabelece a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos;
- 24.8 A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 169, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

25 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 25.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 25.2 A impugnação e pedido de esclarecimento deverão ser realizadas na forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/;
- 25.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- 25.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;
- 25.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 25.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada

pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

25.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;
- 26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;
- 26.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF;
- 26.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;
- 26.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 26.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE;
- 26.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
- 26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, http://www.riachuelo.se.gov.br, e www.licitanet.com.br;
- 26.11. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;
- 26.12. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;



- 26.13 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;
- 26.14 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;
- 26.15 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021;
- 26.16 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;
- 26.17 As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: http://www.riachuelo.se.gov.br;
- 26.18 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;
- 26.19 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Órgão Solicitante revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;
- 26.20 Para atender a seus interesses, o órgão solicitante poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, assim, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) conforme dispõe o art. 125, da Lei nº 14.133/2021;
- 26.21 O órgão solicitante poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;
- 26.22 Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei. A publicidade será diferida:
 - I quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
 - II quanto ao orçamento da Administração, quando o mesmo tiver catrater sigiloso.

26.23 Fazem parte integrante deste edital os anexos, como se nele estivessem transcritos:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II - Modelo de Proposta.

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV - Declarações Gerais

ANEXO V - Minuta do Contrato

27. DO FORO

27.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Riachuelo/SE, para dirimir questões oriundas desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Riachuelo/SE, 29 de Outubro de 2025.

Izaura Maria Moura Ferreira Almeida Agente de Contratação/Pregoeira

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIACHUELO/SE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Do Objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa (s) especializada (s) no fornecimento de materiais e equipamentos odontológicos, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Riachuelo/SE, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.2. Das Condições Gerais da Contratação

- **1.2.1.** A contratação será executada sob o regime de fornecimento parcelado, mediante a emissão de Ordens de Fornecimento pela Contratante, conforme a demanda, a necessidade de reposição de estoque e a disponibilidade orçamentária e financeira.
- **1.2.2.** O objeto será adjudicado por item, dada a sua natureza de fornecimento, visando a economia de escala, a ampla competitividade e a eficiência na gestão, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- **1.2.3.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, e suas condições estarão previstas na minuta da ata a ser anexada ao futuro edital.
- **1.2.4.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um Gestor e um Fiscal do Contrato formalmente designados pela Contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

- **1.2.5.** Todos os materiais odontológicos deverão estar registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e em estrita conformidade com as especificações técnicas detalhadas na planilha anexa, bem como com as demais exigências sanitárias e regulatórias aplicáveis.
- **1.2.6.** A Contratada será integralmente responsável pela qualidade, procedência, integridade, apresentação de documentação sanitária e prazo de validade dos materiais fornecidos.
- **1.2.7.** As entregas deverão ser realizadas no local e dentro dos prazos definidos nas Ordens de Fornecimento, com transporte adequado que garanta a manutenção da qualidade e integridade dos materiais. A Contratada deverá apresentar nota fiscal e comprovação de regularidade sanitária no ato da entrega.
- **1.2.8.** Em caso de identificação de materiais não aptos, a Contratada terá a obrigação de efetuar a troca ou substituição imediata dos itens, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

1.3. Exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

- **1.3.1.** Este Pregão é destinado, exclusivamente, às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como no Decreto Federal nº 8.538/2015. A exclusividade visa promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, fomentar a participação de ME e EPP em processos licitatórios e assegurar a igualdade de condições na competição, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.
- **1.3.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme descrições constantes neste documento.
- **1.3.3**. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- **1.3.4.** O lance mínimo entre lances é de R\$ 0,01 (um centavo).

- **1.3.5.** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) enquadra-se perfeitamente nos perfilhados do art. 3º, incisos I, II e V, do Decreto Federal nº 11.462/2023, nos termos que se segue:
 - Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:
 - I Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
 - II Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

(...); ou

- V Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração
- **1.3.6.** A disputa será realizada por item, visando ampliar a competitividade entre fornecedores e permitir melhores condições de contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde visa suprir a demanda contínua por materiais odontológicos, conforme a planilha anexa, para o Fundo Municipal de Saúde de Riachuelo/SE. A necessidade emerge do crescente quantitativo de pacientes atendidos pelo SUS em tratamento odontológico contínuo, bem como do aumento de demandas judiciais e administrativas para o fornecimento de tais materiais. Este cenário tem provocado um consumo elevado, justificando a urgência de um novo processo licitatório em caráter prioritário. A ausência desta contratação implicaria em desabastecimento, comprometendo gravemente a assistência odontológica à população e o cumprimento de determinações judiciais.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A solução proposta consiste na implantação de um sistema de fornecimento contínuo, eficiente e rastreável de materiais e equipamentos odontológicos, assegurando o abastecimento regular das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e da Clínica de Saúde da Família do Município de Riachuelo/SE, de modo a garantir a execução ininterrupta dos serviços odontológicos prestados à população.
- 3.2. O ciclo de vida do objeto contempla todas as etapas necessárias à aquisição, recebimento, conferência, uso, manutenção preventiva e descarte dos materiais e equipamentos, observando-se o cumprimento das normas de segurança, higienização, esterilização e boas práticas de armazenamento.
- 3.3. Para os materiais de consumo odontológico, o ciclo de vida compreende:
 - a) Aquisição conforme demanda e validade adequada;
 - b) Armazenamento em condições adequadas de temperatura e umidade;
 - c) Utilização durante procedimentos clínicos;
 - d) Descarte seguro dos resíduos, conforme normas da ANVISA e da Resolução CONAMA nº 358/2005.
- 3.4. Para os bens permanentes e equipamentos odontológicos, o ciclo de vida envolve:
 - a) Fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso e com garantia mínima de 12 (doze) meses;
 - b) Assistência técnica autorizada e reposição de peças originais durante o período de garantia;
 - c) Manutenção preventiva e corretiva, quando necessário;
 - d) Descarte ou substituição conforme vida útil do equipamento e regulamentação ambiental vigente.

- 3.5. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá a gestão racional dos recursos públicos, garantindo:
 - a) Planejamento logístico do abastecimento odontológico;
 - b) Controle de estoque e validade dos insumos;
 - c) Padronização técnica dos produtos utilizados na rede municipal de saúde;
 - d) E sustentabilidade operacional durante todo o ciclo de vida do contrato, reduzindo desperdícios e otimizando a aplicação orçamentária.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para garantir que a necessidade da Secretaria de Saúde seja atendida com a devida qualidade, segurança e eficiência, a futura contratação por Sistema de Registro de Preços deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

4.1.1. Requisitos Gerais do Serviço

- **a)** O objeto é o fornecimento parcelado de materiais odontológicos, conforme especificações detalhadas na planilha anexa. Os produtos entregues devem ter prazo de validade adequado para consumo, serem lacrados, íntegros e em perfeitas condições de uso, livres de qualquer adulteração ou dano.
- **b)** O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda e solicitação formal do Fundo Municipal de Saúde.
- **c)** As entregas devem ocorrer no menor tempo possível a partir da emissão da ordem de fornecimento, dada a alta prioridade e urgência da demanda, no prazo máximo de 06 (seis) horas.
- **d)** Os materiais odontológicos deverão ser entregues no endereço indicado pelo Fundo Municipal de Saúde de Riachuelo.
- **e)** O transporte deve garantir a integridade e a qualidade dos materiais, em veículos adequados e que sigam as normas de boas práticas de transporte de produtos odontológicos.

5. MODELO E GESTÃO DO CONTRATO

- **5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **5.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- **5.3.** As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- **5.4**. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- **5.5**. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

1. Fiscalização Técnica

- **5.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- **5.8.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para



a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

- **5.9.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- **5.10.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- **5.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- **5.12**. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

2. Gestor do Contrato

- **5.13.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- **5.14**. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- **5.15.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que



obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

- **5.16.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- **5.17**. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- **5.18**. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- **5.19.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Das Infrações e Sanções Contratuais

- **5.20**. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, de forma isolada ou cumulativa, em conformidade com o Art. 156 da Lei nº 14.133/2021:
- a) Advertência;
- **b**) Multa;
- c) Impedimento de Licitar e Contratar;
- d) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar.

5.21. As sanções de multa serão aplicadas conforme percentuais sobre o valor do contrato ou da parcela não cumprida.

Procedimento para Aplicação de Sanções

5.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação da Contratada. Os valores das multas, após decisão definitiva, serão descontados dos pagamentos devidos à Contratada ou cobrados administrativa/judicialmente.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. Critérios de Medição e Recebimento

- **6.1.1.** A unidade de medida para fins de faturamento e pagamento ocorrerão por volume de entrega, conforme a Ordem de Fornecimento, correspondente à prestação completa do serviço para cada item requisitado em um evento, em estrita conformidade com os requisitos deste Termo de Referência.
- **6.1.2**. O recebimento dar-se-á após a conferência qualitativa e quantitativa dos produtos pelo fiscal do contrato.
- **6.1.3**. O ateste do fiscal no "Termo de Recebimento" é a condição para o aceite dos serviços e a consequente emissão da Nota Fiscal pela Contratada. A constatação de qualquer irregularidade será registrada e poderá resultar na aplicação das sanções previstas, incluindo a glosa (dedução) proporcional do valor a ser pago.

6.2. Condições de Pagamento

- **6.2.1**. O pagamento será realizado mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
- **6.2.2.** Juntamente com a Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista (CNDs, FGTS, etc.), como condição para o pagamento.

- **6.2.3**. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do ateste da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.
- **6.2.4.** As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde.

3. Liquidação

- **6.2.5**. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- **6.2.6**. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **6.2.7.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
- **b)** A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- **6.2.8.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- **6.2.9.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- **6.3.** A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- **6.4.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- **6.5.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- **6.6.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- **6.7.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos competentes.

4. Forma de pagamento

- **6.8.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- **6.9.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **6.10.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- **6.11.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- **6.12.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do reajuste de preços

- **6.13**. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.
- **6.14**. Após o interregno de 1 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta da licitante vencedora, os preços poderão ser reajustados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo.
- **6.15.** O reajuste será formalizado por meio de Termo Aditivo e somente será concedido mediante solicitação da Contratada, a ser realizada antes da prorrogação contratual, se houver. A Contratada deverá anexar ao seu pedido a memória de cálculo detalhada do reajuste pleiteado.
- **6.16**. Caso o índice estabelecido seja extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação federal vigente.
- **6.17.** É vedado o reajuste em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, em conformidade com a legislação em vigor. Excepcionalmente, poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro nos termos da Lei nº 14.133/2021, caso comprovado fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que acarrete onerosidade excessiva e altere a equação econômico-financeira inicial do contrato.



7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- **7.1.** A seleção do fornecedor será realizada por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, em sua forma eletrônica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, por se tratar da contratação de um bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações deste Termo de Referência.
- **7.1.1**. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, sendo vencedora a empresa que, atendendo a todos os requisitos de habilitação, apresentar o menor preço unitário para o respectivo item.
- 7.2. Para participar do certame, o licitante deverá comprovar sua capacidade de cumprir com as obrigações, apresentando a documentação relativa à:

5. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **7.2.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- **7.2.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **7.2.3.** Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- **7.2.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores:
- **7.2.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- **7.2.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **7.2.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- **7.2.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- **7.2.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

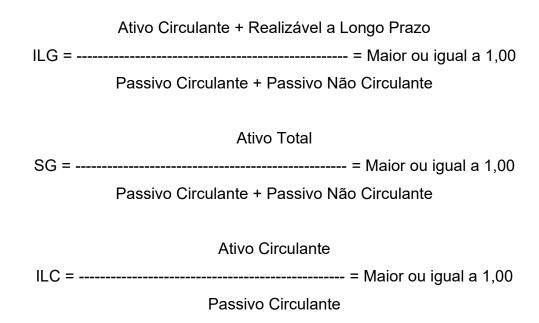
- **7.2.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- **7.2.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- **7.2.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- **7.2.13.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- **7.2.14.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- **7.2.15.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- **7.2.16.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- **7.2.17.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor inidvidual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **7.2.18.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- 7.2.19. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios Sociais apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. O balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar integralmente (todas as folhas) registradas na junta comercial e estar assinados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade comprovado através da Certidão de Regularidade Profissional como também a Certidão de Regularidade da Sociedade em vigor.
- **7.2.20.** As empresas criadas no exercício financeiro da presente licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.2.21. A boa situação financeira da empresa licitante será comprovada mediante a análise das demonstrações financeiras em função do Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC), e Solvência Geral (SG), conforme planilha abaixo: A comprovação de boa situação econômica - financeira da empresa será avaliado pelos seguintes índices abaixo, apurados com base no balanço apresentado, os quais deverão vir com os respectivos valores inseridos nas fórmulas abaixo:



8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **7.2.22.** Para habilitação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar:
- **7.2.22.1.** Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, válida e compatível com o objeto da licitação, contemplando a atividade de comércio e/ou distribuição de materiais odontológicos.
- **7.2.22.2.** Alvará Sanitário ou documento equivalente emitido pelo órgão sanitário competente, válido na data de abertura da sessão pública, comprovando que a licitante está regularmente autorizada a exercer atividades compatíveis com o objeto da contratação.
- **7.2.22.3.** Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu, de forma satisfatória, materiais

odontológicos em quantidades compatíveis com o objeto licitado, informando o período, as quantidades e a boa execução, vedada a exigência de quantitativo mínimo exato.

7.2.22.4. Declaração, sob as penas da lei, de que os materiais odontológicos fornecidos atenderão integralmente às exigências da ANVISA, das especificações detalhadas na planilha anexa e demais normativos sanitários aplicáveis, garantindo a rastreabilidade, validade mínima contratual e condições adequadas de transporte e armazenamento.

7.2.23. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- **b)** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- **c)** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- **7.2.24.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias:
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.2.25. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado da contratação é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	UNITÁRIO	TOTAL
1	RESINA COMPOSTA PARA DENTINA / A3, MICROHÍBRIDA. COMPOSIÇÃO: TEGDMA, BISGMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTRIAZOLIL-4-METILFENOL. PARTÍCULAS NA FAIXA DE 40NM A 3,0 MICRONS COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8µM, CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME 56 A 59% DE CARGA INORGÂNICA.	UND	30	R\$ 14,06	R\$ 421,80
2	RESINA COMPOSTA PARA DENTINA / A3,5, MICROHÍBRIDA. COMPOSIÇÃO: TEGDMA, BISGMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTRIAZOLIL-4- METILFENOL. PARTÍCULAS NA FAIXA DE 40NM A 3,0 MICRONS COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8µM, CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME	UND	30	R\$ 16,39	R\$ 491,70

INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / A1, SERINGA COM 4G BIS-GMA, BIS EMA, TEGDMA, CANFOROQUINONA, CO- INICIADOR E SILANO.	R\$ 224,40
ESMALTE / A1, SERINGA COM 4G BIS-GMA, BIS EMA, TEGDMA, CANFOROQUINONA, CO- INICIADOR E SILANO.	R\$ 224,40
BIS-GMA, BIS EMA, TEGDMA, CANFOROQUINONA, CO- INICIADOR E SILANO.	R\$ 224,40
CANFOROQUINONA, CO-INICIADOR E SILANO.	R\$ 224,40
INICIADOR E SILANO.	R\$ 224,40
	R\$ 224,40
DADTÍOLUAO NA EANTA DE COMA	R\$ 224,40
PARTÍCULAS NA FAIXA DE 40NM UND 10 R\$ 22,44	, ,
A 3,0 MICRONS COM TAMANHO	
MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8μM,	
CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM	
PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME	
56 A 59% DE CARGA	
INORGÂNICA.	
RESINA COMPOSTA PARA	R\$ 380,40
ESMALTE / A2, SERINGA COM 4G	
BIS-GMA, BIS EMA, TEGDMA,	
CANFOROQUINONA, CO-	
INICIADOR E SILANO. PARTÍCULAS NA FAIXA DE 40NM	
4 A 3,0 MICRONS COM TAMANHO UND 15 R\$ 25,36	
MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8µM,	
CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM	
PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME	
56 A 59% DE CARGA	
INORGÂNICA.	
RESINA COMPOSTA PARA	
ESMALTE / A3. MICROHÍBRIDA.	R\$ 599,00
5 COMPOSIÇÃO: TEGDMA, BISGMA, UND 20 R\$ 29,95	
CERÂMICA SILANIZADA	

TRATADA, 2-BENZOTRIAZOLIL-4- METILFENOL. PARTÍCULAS NA FAIXA DE 40NM A 3,0 MICRONS COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8µM, CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME 56 A 59% DE CARGA INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G BIS-GMA, BIS EMA, TEGDMA,
FAIXA DE 40NM A 3,0 MICRONS COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8µM, CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME 56 A 59% DE CARGA INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8µM, CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME 56 A 59% DE CARGA INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
PARTÍCULAS DE 0,8µM, CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME 56 A 59% DE CARGA INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME 56 A 59% DE CARGA INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME 56 A 59% DE CARGA INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
56 A 59% DE CARGA INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
INORGÂNICA. RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
RESINA COMPOSTA PARA ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
ESMALTE / B2, SERINGA COM 4G
BIS-GMA, BIS EMA, TEGDMA,
CANFOROQUINONA, CO-
INICIADOR E SILANO.
6 PARTÍCULAS NA FAIXA DE 40NM UND 15 R\$ 15,23 R\$ 228,45
A 3,0 MICRONS COM TAMANHO
MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8μM,
CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM
PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME
56 A 59% DE CARGA
INORGÂNICA.
RESINA COMPOSTA FLOW A1,
SERINGA COM 4G BIS-GMA, BIS
EMA, TEGDMA,
CANFOROQUINONA, CO-
7 INICIADOR E SILANO. UND 15 R\$ 13,98 R\$ 209,70
PARTÍCULAS NA FAIXA DE 40NM
A 3,0 MICRONS COM TAMANHO
MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8μM,
CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM

	PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME				
	56 A 59% DE CARGA				
	INORGÂNICA.				
	RESINA COMPOSTA FLOW A2,				
	SERINGA COM 4G BIS-GMA, BIS				
	EMA, TEGDMA,				
	CANFOROQUINONA, CO-				
	INICIADOR E SILANO.				
	PARTÍCULAS NA FAIXA DE 40NM	LIND	20	D# 44 44	D# 000 00
8	A 3,0 MICRONS COM TAMANHO	UND	20	R\$ 14,11	R\$ 282,20
	MÉDIO DE PARTÍCULAS DE 0,8μΜ,				
	CONTEÚDO TOTAL DE CARGA EM				
	PESO DE 77,5 A 78,5% E VOLUME				
	56 A 59% DE CARGA				
	INORGÂNICA.				
	ESPÁTULA SIMPLES N° 36				
	OITAVADO. INDICADO PARA				
9	MANIPULAÇÃO DE CIMENTOS E	UND	20	R\$ 7,22	R\$ 144,40
	RESINAS ACRÍLICAS. MATERIAL				
	EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL.				
	ESPÁTULA SIMPLES Nº 24.				
	INDICADO PARA MANIPULAÇÃO				
10	DE CIMENTOS E RESINAS	UND	20	R\$ 12,81	R\$ 256,20
	ACRÍLICAS. MATERIAL EM AÇO				
	INOX.				
	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE				
11	CÁLCIO. INDICADO PARA	UND	15	15 R\$ 9,60	R\$ 144,00
	APLICAÇÃO DE HIDRÓXIDO DE		-		, ,, , , , ,
	CÁLCIO.				
12	SISTEMA DENTAL ADESIVO	UND	40	R\$ 13,68	R\$ 547,20

	FOTOPOLIMERIZÁVEL				
	UNIVERSAL 3 ML TECNOLOGIA				
	VMS, SÓ PRECISA APLICAR UMA				
	CAMADA, ATIVAMENTE. TAMPA				
	FLIP-TOP: EVITA O DESPERDÍCIO				
	E A EVAPORAÇÃO DO SOLVENTE.				
	NÃO PRECISA DE				
	REFRIGERAÇÃO. ARMAZENAGEM				
	À TEMPERATURA AMBIENTE.				
	PONTA DIAMANTADA CILÍNDRICA				
	EXTREMIDADE ARREDONDADA				
	N° 2134M UTILIZADA EM				
	OPERAÇÕES ROTINEIRAS EM				
	ESMALTE, DENTINA E				
	PREPARAÇÕES CAVITÁRIAS EM				
	GERAL. COMO TODAS AS	UND	30	R\$ 3,14	R\$ 94,20
	CÔNICAS, PREPARA				
13	FAVORECENDO A				
	EXPULSIVIDADE. SUA	OND			
	EXTREMIDADE INATIVA E				
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01	İ			
	UNIDADE.				
	ABRIDOR DE BOCA ADULTO.				
14	INDICADO PARA ACOMODAÇÃO	UND	5	R\$ 7,45	R\$ 37,25
	OCLUSAL AOS PACIENTES				

	DURANTE A ABERTURA BUCAL.				
	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL.				
	INDICADO PARA ACOMODAÇÃO				
	OCLUSAL AOS PACIENTES				
	DURANTE A ABERTURA BUCAL.				
	SEU FORMATO PROPORCIONA				
15	ACOMODAÇÃO ADEQUADA E	UND	5	R\$ 7,44	R\$ 37,20
13	CONFORTO, DE ACORDO COM A	OND	3	Ι (Ψ / , ++	ΤΨ 57,20
	ANATOMIA BUCAL E				
	ONDULAÇÕES LATERAIS FAZEM				
	O TRAVAMENTO DA MANDÍBULA,				
	IMPEDINDO O FECHAMENTO				
	REPENTINO.				
	LIMA K 1 SÉRIE É INDICADA PARA	UND	10	R\$ 30,55	R\$ 305,50
16	O PREPARO MANUAL DOS				
	CANAIS RADICULARES NO				
	TRATAMENTO ENDODÔNTICO.				
17	LIMA K 2 SÉRIE.	UND	10	R\$ 20,61	R\$ 206,10
	PINÇA CLÍNICA. INDICADO PARA				
18	USO GERAL NO CONSULTÓRIO.	UND	30	R\$ 11,71	R\$ 351,30
	CABO LEVE.				
	DESCOLADOR MOLT. INDICADO				
19	PARA CIRURGIAS EM GERAL,	UND	20	R\$ 13,09	R\$ 261,80
	SINDESMOTONIA,				
	DESLOCAMENTO OU DIÉRESE.				
	AFASTADOR MINNESOTA.				
20	INDICADO PARA AFASTAR	UND	10	R\$ 13,74	R\$ 137,40
	TECIDOS MOLES DURANTE OS				,
	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS.				
21	ESPÁTULA PARA CERA N 7.	UND	10	R\$ 11,18	R\$ 111,80

	INDICADO PARA USO COM CERA				
	EM LABORATÓRIO.				
22	CABO PARA ESPELHO BUCAL. INDICADO PARA ENCAIXAR O ESPELHO BUCAL, AUXILIANDO PARA MAIOR ALCANCE.	UND	100	R\$ 8,21	R\$ 821,00
	ESPÁTULA PARA RESINA.				
23	INDICADO PARA RESTAURAÇÃO E ESCULTURA EM PROCEDIMENTOS REALIZADOS À BASE DE RESINA.	UND	20	R\$ 31,43	R\$ 628,60
24	LIMA PARA OSSO. UTILIZADA PARA REMODELAR O OSSO.	UND	20	R\$ 37,70	R\$ 754,00
25	CURETA DE LUCAS INDICADA PARA USO EM CIRURGIAS ODONTOLÓGICAS.	UND	20	R\$ 15,66	R\$ 313,20
26	ESCAVADOR DE DENTINA N 11. PRODUTO É UTILIZADO NOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM GERAL COM A FINALIDADE DE CORTAR TECIDOS E NA RETIRADA DE PARTES MOLES (DENTINA), CONFORME AS TÉCNICAS CIRÚRGICAS OU CRITÉRIOS DO DENTISTA.	UND	20	R\$ 11,23	R\$ 224,60
27	SERINGA CARPULE COM ARGOLA. INDICADO PARA AUXILIAR NA APLICAÇÃO DE ANESTESIA DENTÁRIA. A SERINGA CARPULE COM	UND	30	R\$ 36,78	R\$ 1.103,40

	REFLUXO EVITA A INJEÇÃO				
	ACIDENTAL DE ANESTÉSICO NUM				
	VASO.				
	BANDEJA CLÍNICA DE INOX				
28	26X12X1,5CM.	UND	30	R\$ 62,85	R\$ 1.885,50
	SONDA EXPLORADORA.				
	UTILIZADO COMO AUXILIAR EM				
20	PROCEDIMENTOS	UND	30	D¢ 12.70	D¢ 444 00
29		טאט	30	R\$ 13,70	R\$ 411,00
	ODONTOLÓGICOS E EXAMES				
	CLÍNICOS.				
	SONDA EXPLORADORA				
30	ENDODÔNTICA N 16. INDICADO	UND	15	R\$ 12,07	R\$ 181,05
	PARA EXPLORAÇÃO DO CANAL				
	ENDODÔNTICO.				
31	CURETA GRACEY DUPLA 5-6.	UND	20	R\$ 35,94	R\$ 718,80
32	CURETA GRACEY DUPLA 7-8.	UND	20	R\$ 35,71	R\$ 714,20
33	CURETA GRACEY DUPLA 11-12.	UND	20	R\$ 35,71	R\$ 714,20
34	CURETA GRACEY DUPLA 13-14.	UND	20	R\$ 35,71	R\$ 714,20
35	PEDRA PARA AFIAR ARKANSAS.	UND	10	R\$ 40,68	R\$ 406,80
36	PONTA DIAMANTADA PÊRA.	UND	40	R\$ 2,20	R\$ 88,00
	BROQUEIRO ALUMÍNIO 21				
	FUROS. INDICADO PARA				
	AUXILIAR NA ORGANIZAÇÃO,				
	ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE				
37	E ESTERILIZAÇÃO DE BROCAS	UND	20	R\$ 27,31	R\$ 546,20
	ODONTOLÓGICAS.				
	COMPRIMENTO DA BASE: 54MM.				
	LARGURA DA BASE: 25,5MM.				
	ALTURA: 28,5MM.				
38	RESINA COMPOSTA PARA	UND	20	R\$ 13,71	R\$ 274,20

	ESMALTE / A3,5, SERINGA COM				
	4G BIS-GMA, BIS EMA.				
39	BROCAS NÚMERO 245.	UND	40	R\$ 14,40	R\$ 576,00
40	BROCAS NÚMERO 329.	UND	40	R\$ 18,30	R\$ 732,00
41	MICROBRUSH REGULAR FINO C/100 PONTA COM CERDAS DE NYLON NOS TAMANHOS: PEQUENO 2,0MM (1,4 DE GOTA), FINO 1,5MM (1/8 DE GOTA).	СХ	50	R\$ 8,79	R\$ 439,50
42	CUNHA DE MADEIRA C/100. DISPONÍVEIS EM 4 TAMANHOS, CODIFICADAS POR CORES (TINGIDAS NA PARTE SUPERIOR E INFERIOR) NÃO NECESSITAM DE RECORTES OU AJUSTES, POIS SEU FORMATO AGUDO FACILITA SUA INTRODUÇÃO NA AMEIA E GARANTE A FIXAÇÃO DAS MATRIZES, PROPORCIONANDO RESTAURAÇÕES LIVRES DE EXCESSO SUBGENGIVAL E COM PERFEITO CONTORNO.	CX	10	R\$ 22,69	R\$ 226,90
43	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL LONGA, TAMANHO LONGA, ESTÉRIL DE USO ÚNICO, CAIXA COM 100 UNIDADES, PAREDES DA CÂNULA DE MENOR ESPESSURA. IDENTIFICAÇÃO: EXTERNAMENTE	СХ	10	R\$ 30,38	R\$ 303,80

	DEVERÁ CONTER DADOS COMO:				
	NÚMERO DE LOTE, VALIDADE				
	(NÃO DEVERÁ TER CORRIDO 30%				
	DA DATA DE FABRICAÇÃO) E				
	NÚMERO DO REGISTRO NA				
	ANVISA.				
	FIO DE NYLON 3-0 INDICADO				
	PARA USO EM APROXIMAÇÃO DE				
	TECIDOS INTERNOS, LIGADURAS				
	E SUTURAS DE PELE; COM				
	AGULHA CT 1/2 - 1,5CM;				
44	COMPRIMENTO FIO: 45CM; FIO	CX	100	R\$ 35,70	R\$ 3.570,00
44	NÃO-ABSORVÍVEL;		100	Ι (Φ 33,70	ΚΦ 3.57 0,00
	MONOFILAMENTO;				
	ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE				
	ETILENO. VALIDADE IGUAL OU				
	SUPERIOR A 12 MESES. CAIXA				
	COM 24 UNIDADES.				
	ALGODÃO ROLETE C/100				
	INDICADO PARA AFASTAMENTO				
	DA BOCHECHA E ABSORÇÃO DE				
45	LÍQUIDOS EM TRATAMENTO	PCT	100	R\$ 2,83	R\$ 283,00
	ODONTOLÓGICO. FABRICADO EM				
	100% FIBRAS DE ALGODÃO.				
	POSSUI FORMATO CILÍNDRICO.				
	SUGADOR DESCARTÁVEL NÃO				
46	ESTÉRIL, PACOTE COM 40	PCT	150	R\$ 14,63	R\$ 2.194,50
	UNIDADES.				
47	BROCA CIRÚRGICA TRONCO-	UND	20	R\$ 10,88	R\$ 217,60
.,	CÔNICA DENTADA EXTREM.	0.15			

	PLANA 702. BROCA DE ALTA				
	ROTAÇÃO / FORMATO TRONCO-				
	CÔNICA / DIÂMETRO 1,6MM.				
	APLICAÇÃO: USO CIRÚRGICO				
	PARA DENTE E OSSO.				
	BROCA ESFÉRICA CARBIDE				
	CIRÚRGICA Nº 6 UTILIZADA EM				
	OPERAÇÕES ROTINEIRAS EM				
	ESMALTE, DENTINA E				
	PREPARAÇÕES CAVITÁRIAS EM				
	GERAL. COMO TODAS AS				
	CÔNICAS, PREPARA				
	FAVORECENDO A				
48	EXPULSIVIDADE. SUA	UND	20	R\$ 15,28	R\$ 305,60
	EXTREMIDADE INATIVA E				
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	BROCA CARBIDE ESFÉRICA				
	BAIXA ROTAÇÃO UTILIZADA EM				
	OPERAÇÕES ROTINEIRAS EM				
40	ESMALTE, DENTINA E	LINID	40	D# 40.00	D# 007 00
49	PREPARAÇÕES CAVITÁRIAS EM	UND	18	R\$ 18,22	R\$ 327,96
	GERAL. COMO TODAS AS				
	CÔNICAS, PREPARA				
	FAVORECENDO A				

	EXPULSIVIDADE. SUA				
	EXTREMIDADE INATIVA E				
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	LÂMINA DE BISTURI DE AÇO				
	CARBONO ESTÉRIL N 15C.				
50	LÂMINA DE BISTURI	СХ	40	R\$ 29,66	R\$ 1.186,40
	DESCARTÁVEL DE AÇO				
	CARBONO. EMBALAGEM COM 100				
	UNIDADES.				
	ESPELHO BUCAL PLANO N°5.				
	INDICADO PARA FACILITAR A				
	VISUALIZAÇÃO EM		150	R\$ 8,94	R\$ 1.341,00
51	PROCEDIMENTO	UND			
	ODONTOLÓGICO. CABO LEVE				
	AÇO INOX (AISI 304). VALIDADE:				
	INDETERMINADO.				
	VASELINA SÓLIDA. VASELINA				
	SÓLIDA É UM PRODUTO				
52	INDICADO COMO EMOLIENTE. NO	UND	30	R\$ 7,73	R\$ 231,90
	TRATAMENTO DE RACHADURAS				
	DA PELE, COMO UMECTANTE.				
53	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA	UND	10	R\$ 9,52	R\$ 95,20
	CÔNICA CORTE CRUZADO.				DA 222
54	BROCA CARBIDE ESFÉRICA.	UND	25	R\$ 11,69	R\$ 292,25

	INDICADO PARA PREPARO DE				
	CAVIDADE EM ESMALTE E				
	DENTINA, ESCAVAÇÃO EM				
	ESMALTE, DENTINA E OSSO.				
	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA				
	CILÍNDRICA DE CORTE				
	CRUZADO. FOI DESENVOLVIDA				
55	PARA APLICAÇÕES NA CLÍNICA	UND	20	R\$ 10,92	R\$ 218,40
33	CIRÚRGICA DIÁRIA, NAS ÁREAS	טווט	20	K\$ 10,92	Nφ 210,40
	DE IMPLANTODONTIA,				
	TRAUMATOLOGIA E CIRURGIA				
	BUCOMAXILOFACIAL.				
	DISCOS DE ACABAMENTO EM				
	RESINA SISTEMA DE DISCOS				
56	ABRASIVOS, INDICADOS PARA	KIT	20	R\$ 45,94	R\$ 918,80
	ACABAMENTO E POLIMENTOS				
	SIMPLIFICADOS.				
	MANDRIL PARA DISCO. INDICADO				
	PARA DISCO. PARA ADAPTAÇÃO				
57	DE DISCOS E SERRAS NO	UND	20	R\$ 92,80	R\$ 1.856,00
	CONTRA-ÂNGULO. LATÃO				
	BANHADO EM CROMO.				
	ESPÁTULA SIMPLES PARA				
58	CIMENTO. INDICADO PARA	UND	15	R\$ 7,63	R\$ 114,45
56	MISTURA E MANIPULAÇÃO DE	UND	15	K\$ 7,03	K\$ 114,45
	PRODUTOS ODONTOLÓGICOS.				
	ESCAVADOR DE DENTINA N 14.				
59	PRODUTO É UTILIZADO NOS	UND	15	15 R\$ 11,22	R\$ 168,30
	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	טואט		Ι (Ψ Ι Ι, Δ Δ	ΤΨ 100,00
	EM GERAL COM A FINALIDADE DE				

	CORTAR TECIDOS E NA				
	RETIRADA DE PARTES MOLES				
	(DENTINA), CONFORME AS				
	TÉCNICAS CIRÚRGICAS OU				
	CRITÉRIOS DO DENTISTA.				
	ESPÁTULA DE INSERÇÃO DE FIO				
	RETRATOR. INDICADO PARA				
60	INSERÇÃO DO FIO RETRATOR NO	UND	20	R\$ 8,34	R\$ 166,80
	SULCO GENGIVAL.				
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO.				
	FORNECEM PROTEÇÃO PARA OS				
	OLHOS CONTRA IMPACTOS DE				
	PARTÍCULAS	UND		R\$ 11,59	
61	MULTIDIRECIONADAS,		10		R\$ 115,90
	FRAGMENTOS DE METAIS,				
	FAÍSCAS E LUMINOSIDADE				
	INTENSA.				
	BABADOR IMPERMEÁVEL. O				
	BABADOR IMPERMEÁVEL É IDEAL				
	PARA A PROTEÇÃO DO				
62	PACIENTE DURANTE A	PCT	100	R\$ 15,17	R\$ 1.517,00
	REALIZAÇÃO DE				
	PROCEDIMENTOS				
	ODONTOLÓGICOS.				
	PASTA DE POLIMENTO.				
62	ACABAMENTO E POLIMENTO EM	LIND	20	D¢ 0.44	D¢ 400 00
63	SUPERFÍCIES DE MATERIAIS	UND	20	20 R\$ 9,44	R\$ 188,80
	RESTAURADORES EM GERAL.				
64	PLACA DE VIDRO 10 MM.	רואים	20	D¢ 16 46	D¢ 320 20
64	INDICADO PARA ESPATULAÇÃO	UND	20	R\$ 16,46	R\$ 329,20

	DE MATERIAL.				
65	POTE DAPPEN DE VIDRO. INDICADO PARA MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.	UND	15	R\$ 8,64	R\$ 129,60
66	POTE DAPPEN DE PLÁSTICO. INDICADO PARA MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.	UND	15	R\$ 6,46	R\$ 96,90
67	BROCA CARBIDE BOLA. PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO.	UND	30	R\$ 24,23	R\$ 726,90
68	SONDA MILIMETRADA CAROLINA DO NORTE N 15.	UND	30	R\$ 47,47	R\$ 1.424,10
69	FOICE RASPADOR PONTA MORSE 00.	UND	20	R\$ 17,09	R\$ 341,80
70	CUBA INOX REDONDA.	UND	20	R\$ 24,17	R\$ 483,40
71	PORTA ALGODÃO.	UND	15	R\$ 37,64	R\$ 564,60
72	BROCA CIRÚRGICA TRONCO- CÔNICA DENTADA EXTREM. PLANA 703.	UND	5	R\$ 14,55	R\$ 72,75
73	KIT POLIMENTO DE RESINA COMPLETO, MATERIAL: SILICONE, PONTAS MONTADAS NO MANDRIL, PONTAS CA (CONTRA ÂNGULO BAIXA ROTAÇÃO).	UND	30	R\$ 242,14	R\$ 7.264,20
74	BABADOR DESCARTÁVEL - POSSUI DUAS CAMADAS (1 DE PLÁSTICO E 1 DE PAPEL), EXCELENTE CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, COMPOSTO DE	PCT	200	R\$ 19,29	R\$ 3.858,00

	FIBRAS DE CELULOSE VIRGENS SEM CONTAMINANTES E FILME DE POLIETILENO ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL, SEM ADESIVO, CONTENDO NA EMBALAGEM EXTERNA OS DADOS DE				
	IDENTIFICAÇÃO, COM DIMENSÕES DE 32 CM X 47 CM, COM PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA, LOTE				
	E VALIDADE. PACOTE COM 100 UNIDADES.				
75	CREME DENTAL COM 30 GRAMAS, ANTICÁRIE COM FLÚOR, PARA USO DIÁRIO PARA PREVENIR CÁRIE, COMBATER PLACA BACTERIANA, REMOVER MANCHAS DOS DENTES, EVITAR PROBLEMAS DE GENGIVA CAUSADOS POR BACTÉRIAS, EVITAR A FORMAÇÃO DE CÁLCULO DENTAL.	UND	3000	R\$ 3,14	R\$ 9.420,00
76	ESCOVA DENTAL ADULTO. COM ESPECIFICAÇÃO: ESCOVA DENTAL, TIPO MACIA, ADULTO, COM CAPA PROTETORA. INSTRUMENTO MECÂNICO UTILIZADO PARA LIMPEZA DAS SUPERFÍCIES DENTAIS, CABO DE POLIPROPILENO, ANATÔMICO E	UND	3000	R\$ 3,52	R\$ 10.560,00

	RETO, QUE PERMITA CORRETA				
	EMPUNHADURA, COM PORÇÃO				
	INTERMEDIÁRIA (PESCOÇO),				
	COM NO MÍNIMO 28 TUFOS. AS				
	CERDAS DEVERÃO SER DE				
	MONOFILAMENTOS SINTÉTICOS				
	(NYLON), RETAS, TEXTURA				
	MACIA, TODAS COM A MESMA				
	ALTURA, PONTAS				
	ARREDONDADAS, LISAS, SEM				
	REBARBAS, AGRUPADAS EM				
	TUFOS COM 32 A 42 FIOS DE				
	CERDAS POR TUFO. A ESCOVA				
	DEVERÁ SER				
	ESCOVA DENTAL INFANTIL. COM				
	ESPECIFICAÇÃO: ESCOVA				
	DENTAL, TIPO MACIA, INFANTIL,				
	COM CAPA PROTETORA.				
	INSTRUMENTO MECÂNICO				
	UTILIZADO PARA LIMPEZA DAS				
	SUPERFÍCIES DENTAIS, CABO DE				
77	POLIPROPILENO, ANATÔMICO E	UND	3000	R\$ 2,43	R\$ 7.290,00
''	RETO, QUE PERMITA CORRETA	OND	0000	Ι (Ψ 2, 10	1147.200,00
	EMPUNHADURA, COM PORÇÃO				
	INTERMEDIÁRIA (PESCOÇO).				
	COMPRIMENTO TOTAL ENTRE 13				
	A 15 CM, COM NO MÍNIMO 28				
	TUFOS. AS CERDAS DEVERÃO				
	SER DE MONOFILAMENTOS				
	SINTÉTICOS (NYLON), RETAS,				

	TEXTURA MACIA, TODAS COM A				
	MESMA ALTURA, PONTAS				
	ARREDONDADAS, LISAS, SEM				
	REBARBAS, AGRUPADAS EM				
	TUFOS COM 32 A 42 FIOS DE				
	CERDAS POR TUFO. A ESCOVA				
	DEVERÁ SER COMPACTA,				
	CABEÇA MONO ANGULADA,				
	APRESENTANDO LARGURA				
	MÁXIMA ENTRE 10 A 13 MM, COM				
	03 FILEIRAS DE TUFOS,				
	PODENDO APRESENTAR NA				
	PONTA MAIS DOIS TUFOS.				
	FILME DE PVC 300M: RESINA DE				
	POLICLORETO DE VINILA				
	SUSPENSÃO PLASTIFICANTE				
78	ESTABILIZANTE À BASE DE	UND	100	R\$ 56,41	R\$ 5.641,00
	CÁLCIO / ZINCO ÉSTER DE ÁCIDO				
	GRAXO MISTURA DE ACETATO				
	DE GLICERINA.				
	FLANELA PANO DE LIMPEZA				
	40X60 CM: MAIS ABSORVENTE,				
	SUA TRAMA TEM MAIS				
	CAPACIDADE DE RETER				
79	RESÍDUOS; FACILIDADE NA	UND	40	R\$ 7,24	R\$ 289,60
	LAVAGEM E SECAGEM MUITO				
	RÁPIDA; PRODUTO 100%				
	ALGODÃO; GRANDE EFICIÊNCIA				
	COM MAIOR ECONOMIA,				
	PODENDO SER REUTILIZADO				

	VÁRIAS VEZES. EMBALAGEM				
	INDIVIDUAL; TAMANHO: 38X58CM;				
	USO EM GERAL.				
	ESTOJO ORGANIZADOR:				
	DIMENSÕES: 27X36X6CM.				
	MATERIAL: PLÁSTICO. COM				
80	DIVISÓRIAS MÓVEIS E TAMPA	UND	40	R\$ 307,18	R\$ 12.287,20
	COM TRAVAS "CLICK". PODE SER				
	HIGIENIZADO EM ÁGUA				
	CORRENTE E SECO COM PANO.				
	MALETA FASHION BAG 3				
	BANDEJAS. DESIGN MODERNO.				
	CONTA COM 3 BANDEJAS PARA				
	MELHOR APROVEITAMENTO DO				
	ESPAÇO, SENDO 1 ESTOJO COM				
81	TAMPA. MALETA COM ABERTURA	UND	15	R\$ 155,08	R\$ 2.326,20
	ARTICULADA. AMPLA				
	POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO.				
	COMPRIMENTO: 365 MM				
	LARGURA 230MM, ALTURA				
	197MM.				
	POTE PEQUENO: DIMENSÕES:				
82	C21,5 X L13 X A6 CM. POTE	UND	50	R\$ 13,83	R\$ 691,50
02	RETANGULAR RASO E ATÓXICO	UND	30	Κφ 13,63	Nφ 091,30
	DE PLÁSTICO.				
02	DESINCRUSTANTE- REMOVEDOR	1 7	50	D¢ 64 00	D¢ 2 064 50
83	DE OXIDAÇÃO.	LT	50	R\$ 61,29	R\$ 3.064,50
84	PONTA DE ULTRASSOM G1.	UND	30	R\$ 54,13	R\$ 1.623,90
0.5	GUARDANAPO DE PAPEL -	DOT	500	D¢ 2.04	D¢ 4 005 00
85	MEDIDO APROXIMADAMENTE 23	PCT	500	R\$ 3,81	R\$ 1.905,00

	X 23 CM, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SEM FUROS, MATERIAIS ESTRANHOS OU IMPUREZAS. EMBALAGEM EM				
	PACOTES PLÁSTICOS CONTENDO 100 UNIDADES.				
	LUVA DE BORRACHA PARA				
86	LIMPEZA. TAMANHO MÉDIO. 01 PAR. INDICADA PARA LAVAGEM DE MATERIAL ODONTOLÓGICO. LUVAS DE LÁTEX; FORRO LISO ACABAMENTO VERNIZ SILVER, HIPOALERGICO ANTIDERRAPANTE TIPO COLMEIA. VALIDADE 2 ANOS.	UND	20	R\$ 3,78	R\$ 75,60
87	RESERVATÓRIO DE ÁGUA GARRAFA PET LEITOSA 1 LITRO PAREDE GROSSA DA CADEIRA ODONTOLÓGICA (PODE SER DE 800 ML OU 1 LITRO).	UND	15	R\$ 53,19	R\$ 797,85
88	PINCEL PÊLO DE MARTA N° 02.	UND	20	R\$ 2,91	R\$ 58,20
89	CONDENSADOR GUIA DE CEGO DUPLO N° 21.	UND	20	R\$ 15,22	R\$ 304,40
90	SABONETE CREMOSO. SABONETE LÍQUIDO QUE CONFERE SUAVIDADE DURANTE A HIGIENIZAÇÃO. CONTÉM A SUBSTÂNCIA ATIVA TRICLOSANO (0,5%), QUE EXERCE AÇÃO PROTETORA E INIBIDORA DE	LT	100	R\$ 11,44	R\$ 1.144,00

	MICROORGANISMOS SOBRE A				
	PELE, CONFERINDO-LHE O				
	EFEITO ANTISSÉPTICO DURANTE				
	A APLICAÇÃO. VALIDADE: 36				
	MESES.				
	TIRA DE POLIÉSTER. ENVELOPE				
	COM 50 UNIDADES. 100%				
	POLIÉSTER E SUPER FLEXÍVEL.				
91	UTILIZADAS EM ISOLAMENTO DE	PCT	30	R\$ 4,40	R\$ 132,00
	RESTAURAÇÕES				
	INTERPROXIMAIS COM RESINA				
	COMPOSTA.				
	PAPEL CARBONO OCLUSAL C/10				
	DUPLA FACE COM DUAS CORES:				
92	VERMELHO E AZUL. PAPEL 100%	PCT	50	R\$ 3,65	R\$ 182,50
	VEGETAL. ESPESSURA DE 100				
	MICRA.				
	BANDA MATRIZ 5MM. FABRICADA				
	EM AÇO INOXIDÁVEL MALEÁVEL.				
93	APRESENTADA EM BOBINA,	UND	50	R\$ 2,81	R\$ 140,50
	PODE SER CORTADA NO				
	TAMANHO DESEJADO.				
	BANDA MATRIZ 7MM. FABRICADA				
	EM AÇO INOXIDÁVEL MALEÁVEL.				
94	APRESENTADA EM BOBINA,	UND	50	R\$ 1,82	R\$ 91,00
	PODE SER CORTADA NO				
	TAMANHO DESEJADO.				
	PONTA DIAMANTADA CILÍNDRICA				
95	EXTREMIDADE ARREDONDADA	UND	50	R\$ 2,24	R\$ 112,00
	N° 3145 UTILIZADA EM				

	OPERAÇÕES ROTINEIRAS EM				
	ESMALTE, DENTINA E				
	PREPARAÇÕES CAVITÁRIAS EM				
	GERAL. COMO TODAS AS				
	CÔNICAS, PREPARA				
	FAVORECENDO A				
	EXPULSIVIDADE. SUA				
	EXTREMIDADE INATIVA E				
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	PONTA DIAMANTADA CÔNICA Nº				
	3203 UTILIZADA EM OPERAÇÕES				
	ROTINEIRAS EM ESMALTE,				
	DENTINA E PREPARAÇÕES				
	CAVITÁRIAS EM GERAL. COMO				
	TODAS AS CÔNICAS, PREPARA				
	FAVORECENDO A				
96	EXPULSIVIDADE. SUA	UND	40	R\$ 2,42	R\$ 96,80
	EXTREMIDADE INATIVA E				
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
		1			

	UNIDADE.				
	PONTA DIAMANTADA CÔNICA Nº				
	3227 UTILIZADA EM OPERAÇÕES				
	ROTINEIRAS EM ESMALTE,				
	DENTINA E PREPARAÇÕES				
	CAVITÁRIAS EM GERAL. COMO				
	TODAS AS CÔNICAS, PREPARA				
	FAVORECENDO A				
97	EXPULSIVIDADE. SUA	UND	50	R\$ 7,93	R\$ 396,50
	EXTREMIDADE INATIVA E	OND	00	ι (φ 7 ,σσ	
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	PONTA DIAMANTADA CÔNICA Nº				
	3228 UTILIZADA EM OPERAÇÕES				
	ROTINEIRAS EM ESMALTE,				
	DENTINA E PREPARAÇÕES				
	CAVITÁRIAS EM GERAL. COMO				
00	TODAS AS CÔNICAS, PREPARA	LIND	20	D¢ 0.00	D¢ 66 60
98	FAVORECENDO A EXPULSIVIDADE. SUA	UND	30	R\$ 2,22	R\$ 66,60
	EXTREMIDADE INATIVA E				
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				

	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	PONTA DIAMANTADA CÔNICA Nº				
	3118 UTILIZADA EM OPERAÇÕES				
	ROTINEIRAS EM ESMALTE,				
	DENTINA E PREPARAÇÕES				
	CAVITÁRIAS EM GERAL. COMO				
	TODAS AS CÔNICAS, PREPARA				
	FAVORECENDO A				
99	EXPULSIVIDADE. SUA	UND	30	R\$ 2,76	R\$ 82,80
99	EXTREMIDADE INATIVA E	טווט	30	Γ Φ 2,70	Nφ 02,00
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	FIO RETRATOR GENGIVAL EXTRA				
	FINO 00. FIO PARA				
	AFASTAMENTO GENGIVAL. É				
100	INDICADO UTILIZAR O FIO	UND	20	R\$ 14,69	R\$ 293,80
	RETRATOR EM ÁREAS COM				
	TECIDOS GENGIVAIS BASTANTE				
	ESPESSOS.				
	CARIOSTÁTICO CARIOESTOP				
101	12%. A SOLUÇÃO DE DIAMINO	UND	15	R\$ 20,59	R\$ 308,85
	FLUORETO DE PRATA A 12% EM				
	MEIO AMONIACAL, PROMOVE O				

	FORTALECIMENTO DA				
	ESTRUTURA DO ESMALTE PELA				
	FORMAÇÃO DE CA F2				
	(FLUORETO DE CÁLCIO) E AG3				
	PO4 (FOSFATO DE PRATA).				
102	PEDRA POMES. INDICADO PARA				
	REMOÇÃO DE PLACA				
	BACTERIANA E MANCHAS	UND	20	R\$ 4,25	R\$ 85,00
	SUPERFICIAIS, ALÉM DE				
	PROMOVER POLIMENTO AO				
	ESMALTE OU RESTAURAÇÕES,				
	CONFERINDO UMA SUPERFÍCIE				
	UNIFORME.				
103	ESCOVA DE ROBSON. INDICADA				
	PARA PRÉ-POLIMENTO DE				
	RESINA, PODENDO SER	UND	200	R\$ 1,32	R\$ 264,00
	UTILIZADA COM PASTA DE				
	POLIMENTO E ÓLEO MINERAL.				
104	LIMA FLEXOFILE 1 SÉRIE.	UND	10	R\$ 46,57	R\$ 465,70
105	LIMA FLEXOFILE 2 SÉRIE.	UND	10	R\$ 21,69	R\$ 216,90
106	RÉGUA MILIMETRADA ALUMÍNIO.	UND	6	R\$ 12,95	R\$ 77,70
107	ALAVANCA SELDIN RETA	UND	20	R\$ 31,67	R\$ 633,40
	ADULTO. INDICADA PARA				
	AUXILIAR EM CIRURGIAS DE				
	EXTRAÇÃO DENTÁRIA.				
108	ALAVANCA SELDIN 1L	UND	25	R\$ 12,79	R\$ 319,75
	ESQUERDA. INDICADA PARA				
	AUXILIAR EM CIRURGIAS DE				
	EXTRAÇÃO DENTÁRIA.				
109	ALAVANCA SELDIN 1R DIREITA.	UND	25	R\$ 23,57	R\$ 589,25

	INDICADA PARA AUXILIAR EM				
	CIRURGIAS DE EXTRAÇÃO				
	DENTÁRIA.				
	FÓRCEPS ADULTO 16. INDICADO				
110					
	PARA MOLARES INFERIORES DE	LINID	4.5	D# 50 04	D# 700 00
	AMBOS OS LADOS. TAMBÉM	UND	15	R\$ 52,84	R\$ 792,60
	CONHECIDO COMO CHIFRE DE				
	TOURO.				
111	DETERGENTE ENZIMÁTICO.				
	DETERGENTE ENZIMÁTICO,				
	INDICADO ESPECIFICAMENTE	UND	50	R\$ 18,54	R\$ 927,00
	PARA A LIMPEZA DE				
	INSTRUMENTAL CIRÚRGICO.				
	SONDA OMS. INDICADO PARA				
112	SONDAGEM E DIAGNÓSTICO DA	UND	30	R\$ 24,99	R\$ 749,70
	PROFUNDIDADE DE BOLSAS	OND	30	ΤΨ 24,99	Νψ 1 43,10
	PERIODONTAIS.				
113	PRENDEDOR DE BABADOR	UND	20	D¢ 7.40	D¢ 242 60
	JACARÉ.	UND	30	R\$ 7,12	R\$ 213,60
114	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA.	UND	30	R\$ 2,66	R\$ 79,80
115	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA	UND	30	R\$ 2,78	R\$ 83,40
	HASTE LONGA.				
116	PONTA DIAMANTADA CHAMA.	UND	40	R\$ 2,49	R\$ 99,60
117	BROCA DIAMANTADA CÔNICA	UND	40	R\$ 2,61	R\$ 104,40
	TOPO ARREDONDADO.				
118	RESINA COMPOSTA PARA				
	ESMALTE / A3,5, SERINGA COM	PCT	30	R\$ 12,74	R\$ 382,20
	4G BIS-GMA, BIS EMA.				
119	VERNIZ COM FLÚOR (KIT) -	UND	30	R\$ 25,73	R\$ 771,90
	PERMITE CONTATO				
	33117113				

	PROLONGADO DO FLÚOR COM O				
	ESMALTE, CONTENDO NA				
	EMBALAGEM EXTERNA OS				
	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,				
	PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE				
	REGISTRO NA ANVISA, LOTE E				
	VALIDADE. KIT CONTENDO 01				
	FRASCO DE VERNIZ COM 10 ML E				
	01 FRASCO DE SOLVENTE COM				
	10 ML.				
	FIO DENTAL DE POLIAMIDA CERA				
	E AROMA, EMBALAGEM POCKET,				
	COM TAMPA DE FLIP, ROLO DE	UND			
	100 METROS, FIO DE RESINA				
120	TERMOPLÁSTICA, RESISTENTE		3000	3000 R\$ 3,12	R\$ 9.360,00
120	AO DESFIAMENTO E		3000		1 (ψ 3.300,00
	ROMPIMENTO, SUAVE PARA				
	GENGIVAS E DEDOS, EFICAZ NA				
	REMOÇÃO DA PLACA				
	BACTERIANA INTERDENTAL.				
	PORTA BROCA - PARA O USO EM				
	CLÍNICAS E LABORATÓRIOS,				
121	CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO,	UND	20	R\$ 40,85	R\$ 817,00
	PRODUTO AUTOCLAVÁVEL,				
	CAPACIDADE PARA 20 BROCAS.				
122	PONTA DE ULTRASSOM G2.	UND	40	R\$ 62,75	R\$ 2.510,00
	COLGADURA INDIVIDUAL.	_			
123	CONFECCIONADO EM AÇO	CX	30	R\$ 14,35	R\$ 430,50
	INOXIDÁVEL. INDICADO PARA				Ψ 100,00
	PRENDER E (OU) PENDURAR				

	FILMES RADIOGRÁFICOS.				
404	REVELADOR RADIOGRÁFICO	LIND	40	D# 47.44	D# 005 00
124	MANUAL, EMBALAGEM DE 500ML.	UND	40	R\$ 17,14	R\$ 685,60
125	FIXADOR RADIOGRÁFICO	UND	40	R\$ 13,48	R\$ 539,20
120	MANUAL, EMBALAGEM DE 500ML.	OND	40	1 (ψ 10, 40	1 (φ 000,20
126	DISCOS DE FELTRO TIPO RODA.	PCT	30	R\$ 52,90	R\$ 1.587,00
127	ESCULPIDOR DE HOLLENBACK	UND	20	R\$ 13,01	R\$ 260,20
	N° 3S.				
128	CONDENSADOR DE HOLLENBACK	UND	20	R\$ 8,55	R\$ 171,00
	N° 06.			114 0,00	
129	PONTAS DIAMANTADAS 3195F.	UND	60	R\$ 4,07	R\$ 244,20
130	PONTAS DIAMANTADAS 3195FF.	UND	60	R\$ 3,83	R\$ 229,80
131	PONTAS DIAMANTADAS 2135F.	UND	60	R\$ 3,63	R\$ 217,80
132	PONTAS DIAMANTADAS 3118F.	UND	60	R\$ 3,23	R\$ 193,80
133	PONTAS DIAMANTADAS 3168FF.	UND	60	R\$ 4,22	R\$ 253,20
134	PONTAS DIAMANTADAS 1190F.	UND	60	R\$ 3,42	R\$ 205,20
135	PONTAS DIAMANTADAS 1190FF.	UND	60	R\$ 8,79	R\$ 527,40
136	BROCAS NÚMERO 330.	UND	40	R\$ 6,99	R\$ 279,60
137	PONTAS DIAMANTADAS NÚMERO	UND	60	60 R\$ 4,04	R\$ 242,40
107	1016.	OND	00	Ι (Ψ Ψ,ΟΨ	1 (ψ 2 τ 2 , τ 0
138	PONTAS DIAMANTADAS NÚMERO	UND	60	R\$ 3,58	R\$ 214,80
100	2135.	OND	00	Τ (ψ 0,00	1 (ψ 2 14,00
139	PONTAS DIAMANTADAS NÚMERO	UND	60	R\$ 3,22	R\$ 193,20
100	2200.	OND	00	Τ (Ψ Ο, Σ Σ	1 (ψ 100,20
140	PONTAS DIAMANTADAS NÚMERO	UND	60	R\$ 4,67	R\$ 280,20
140	3118.	OND	00	Ι (Ψ 4,07	1 (ψ 200,20
	TIRA DE LIXA DE POLIÉSTER				
141	DUAS GRANULAÇÕES C/150.	PCT	30	R\$ 9,44	R\$ 283,20
171	EMBALAGEM COM 150	1 01	30	1 (ψ Ο, 44	1 (ψ 200,20
	UNIDADES. 4MM X 170MM. LIXA				

	INDIVIDUALMENTE POSSUEM				
	DUAS GRANULAÇÕES:				
	MÉDIA/FINA.				
	IONOMERO DE VIDRO				
	RESTAURADOR				
	AUTOPOLIMERIZÁVEL. INDICADO				
	PARA TODAS AS CLASSES DE				
	RESTAURAÇÃO (DENTES				
142	DECÍDUOS). CIMENTAÇÃO	KIT	50	R\$ 23,83	R\$ 1.191,50
	PROVISÓRIA DE COROAS. É UM				
	CIMENTO DE PRESA RÁPIDA.				
	POSSUI GRANDE ADESÃO AO				
	ESMALTE E A DENTINA. ÓTIMA				
	CONSISTÊNCIA PARA MANUSEIO.				
143	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A.	UND	15	R\$ 4,97	R\$ 74,55
143	EMBALAGEM COM 10G.	UND	13	Ι (Ψ.91	Νφ 74,55
	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO / PASTA.				
144	EMBALAGEM COM 13G DE BASE	UND	40	R\$ 30,73	R\$ 1.229,20
144	+ 11G DE CATALISADOR.	OND	10	40 K\$ 30,73	1 (ψ 1.223,20
	SISTEMA PASTA-PASTA.				
	FLÚOR EM GEL 200ML				
145	ACIDULADO/NEUTRO	UND	50	R\$ 13,44	R\$ 672,00
140	APRESENTAÇÃO EM GEL, USO	OND	00	Ι (Ψ 10,44	Αψ 072,00
	ODONTOLÓGICO.				
	PASTA PROFILÁTICA, PARA USO				
146	ODONTOLÓGICO, NEUTRA, COM	UND	50	R\$ 7,06	R\$ 353,00
	FLÚOR, SEM ÓLEO, BISNAGA	0.12		Ι (φ 7 ,σ σ	ι τφ σσσ,σσ
	COM 90G.				
147	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA.	UND	15	R\$ 17,76	R\$ 266,40
	EMBALAGEM COM 10ML. LÍQUIDO	- · · · •			

	A BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO.				
148	ÓLEO SPRAY LUBRIFICANTE PARA CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO COM 200 ML.	UND	50	R\$ 27,81	R\$ 1.390,50
149	SELANTE. AUXILIA NA PREVENÇÃO DA CÁRIE EM DENTES POSTERIORES, UMA VEZ QUE FORMA UMA BARREIRA MECÂNICA EFICIENTE CONTRA O ACÚMULO DE PLACA NA SUPERFÍCIE OCLUSAL.	UND	60	R\$ 14,30	R\$ 858,00
150	RESTAURADOR PROVISÓRIO COLTOSOL. O COLTOSOL É UM MATERIAL DE PREENCHIMENTO, DE ENDURECIMENTO QUÍMICO, COM COLORAÇÃO SEMELHANTE A DO DENTE, RADIOPACO, PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO DAS CAVIDADES DENTÁRIAS. É UM CIMENTO A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO / SULFATO DE ZINCO E É DESTINADO PARA APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS EM CURTO PRAZO (PARA SER UTILIZADO POR NO MÁXIMO 1 A 2 SEMANAS).	UND	25	R\$ 17,79	R\$ 444,75
151	ÓXIDO DE ZINCO. OS CIMENTOS DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL SÃO SEDATIVOS PARA A POLPA,	UND	20	R\$ 17,97	R\$ 359,40

	SENDO ESPECIALMENTE ÚTEIS				
	PARA CIMENTAÇÃO EM DENTES				
	PREPARADOS COM TÚBULOS				
	DENTINÁRIOS EXPOSTOS.				
	EUGENOL. UTILIZADO NA				
	COMPOSIÇÃO DE VÁRIOS				
	PRODUTOS ODONTOLÓGICOS,				
	COMO NAS PASTAS DE ÓXIDO DE				
152	ZINCO EUGENÓLICAS, COM A	UND	20	R\$ 27,70	R\$ 554,00
132	FORMAÇÃO DE CIMENTOS	טויט	20	Γ Φ 21,10	Κφ 554,00
	ENDODÔNTICOS E EM CIMENTOS				
	RESTAURADORES PROVISÓRIOS,				
	COM A FUNÇÃO DE ANALGÉSICO				
	E ANTISSÉPTICO.				
	AFASTADOR LABIAL. INDICADO				
	PARA AFASTAR A MUCOSA				
	LABIAL E DA BOCHECHA PARA A		15 R\$		
153	COLAGEM DE BRACKETS,	UND		5 R\$ 22,02	R\$ 330,30
155	PROFILAXIA, FOTOGRAFIAS	טויט	13		Κφ 330,30
	INTRA-ORAIS, APLICAÇÃO DE				
	FLÚOR E RESTAURAÇÕES				
	ADESIVAS.				
154	PARAMONOCLOROFENOL	UND	10	R\$ 9,50	R\$ 95,00
134	CANFORADO.	UND	10	Ι (φ 9,50	ΙζΦ 95,00
155	ALVEOLÓTOMO FRIEDMAN	UND	20	R\$ 73,34	R\$ 1.466,80
133	CURVO.	UND	20	Ι (φ 7 5,54	11400,80
	PASTA DE POLIMENTO:				
156	INGREDIENTES ATÓXICOS,	UND	20	R\$ 11.86	R\$ 237,20
100	SOLÚVEIS EM ÁGUA,	CIND	20	20 R\$ 11,86	ΤΨ 201,20
	ESPECIALMENTE SELECIONADOS				

	PARA AUXILIAR NA				
	LUBRIFICAÇÃO DURANTE O				
	POLIMENTO (MINIMIZA A				
	GERAÇÃO DE CALOR DURANTE O				
	PROCEDIMENTO) E FACILITA SUA				
	REMOÇÃO AO FINAL DO				
	TRATAMENTO COM				
	VISCOSIDADE MÉDIA E NÃO É				
	SUSCEPTÍVEL À AÇÃO DO				
	CALOR, QUE POSSA SER				
	UTILIZADA COM TODOS OS				
	MATERIAIS RESTAURADORES; É				
	UMA PASTA DE POLIMENTO				
	PRODUZIDA COM DIAMANTE				
	MICRONIZADO DE GRANULAÇÃO				
	EXTRA FINA (2 A 4 MICRONS) E				
	ALTÍSSIMA DUREZA PARA				
	ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE				
	POLIMENTO. EMBALAGEM COM				
	2G.				
	KIT POSICIONADOR				
157	RADIOGRÁFICO CONE	UND	6	R\$ 48,38	R\$ 290,28
	UNIVERSAL.				
	RESINA COMPOSTA PARA				
	DENTINA / D2, COMPOSTA POR				
	ZIRCÔNIA E TRIFLUERETO DE				
158	YTTÉRBIO, FLUORESCÊNCIA	UND	20	R\$ 45,98	R\$ 919,60
	BALANCEADA, RADIOPACIDADE,				
	RESISTENTE, DEVE				
	PROPORCIONAR BRILHO E				

	ESTÉTICA NATURAL, EXCELENTE				
	CONSISTÊNCIA, COR DA2				
	(DENTINA), ENVASADA EM				
	SERINGA COM 4 G.				
	ANESTÉSICO TÓPICO GEL				
	BENZOCAÍNA 200 MG/G, FRASCO				
	COM 12 G. EXTERNAMENTE				
	DEVERÁ CONTER DADOS COMO:				
159	NÚMERO DE LOTE, VALIDADE	UND	40	R\$ 13,10	R\$ 524,00
	(NÃO DEVERÁ TER CORRIDO 30%				
	DA DATA DE FABRICAÇÃO) E				
	NÚMERO DO REGISTRO NA				
	ANVISA.				
	CURATIVO ALVEOLAR. AÇÃO				
	CICATRIZANTE, ANESTÉSICA,				
	ANTI-INFLAMATÓRIA E ANTI-				
	MICROBIANA. É				
	PRINCIPALMENTE INDICADO				
	COMO UMA BARREIRA FÍSICA				
160	APÓS AS EXTRAÇÕES	UND	10	R\$ 29,14	R\$ 291,40
	DENTÁRIAS, CONFERINDO				
	PROTEÇÃO, POIS AGE COMO UM				
	TAMPÃO ALVEOLAR MOLDÁVEL,				
	CONSTITUINDO UM ARCABOUÇO				
	SÓLIDO PARA A REGENERAÇÃO				
	TECIDUAL.				
	BROCA CIRÚRGICA ZECRYA.				
161	INDICADA PARA	UND	30	R\$ 16,45	R\$ 493,50
	ODONTOSECÇÃO. 23MM.				
162	FIO DE NYLON 4-0 INDICADO	CX	40	R\$ 32,81	R\$ 1.312,40

	PARA USO EM APROXIMAÇÃO DE				
	TECIDOS INTERNOS, LIGADURAS				
	E SUTURAS DE PELE; COM				
	AGULHA CT 1/2 - 1,5CM;				
	COMPRIMENTO FIO: 45CM; FIO				
	NÃO-ABSORVÍVEL;				
	MONOFILAMENTO;				
	ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE				
	ETILENO. VALIDADE IGUAL OU				
	SUPERIOR A 12 MESES. CAIXA				
	COM 24 UNIDADES.				
	SUGADOR CIRÚRGICO				
	DESCARTÁVEL ESTÉRIL -				
	PRODUTO ESTERILIZADO EM				
	ÓXIDO DE ETILENO, FABRICADO				
	EM RESINA ABS, DESCARTÁVEL,				
	PONTEIRA REMOVÍVEL,				
163	CONTENDO NA EMBALAGEM	CX	100	R\$ 18,72	R\$ 1.872,00
	EXTERNA OS DADOS DE				
	IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA,				
	NÚMERO DE REGISTRO NA				
	ANVISA, LOTE E VALIDADE.				
	EMBALAGEM CONTENDO 20				
	UNIDADES.				
	AGULHA GENGIVAL				
	DESCARTÁVEL CURTA,				
164	TAMANHO: 25MMX0,3MM (30G)	CX	60	R\$ 35,14	R\$ 2.108,40
	CURTA, ESTÉRIL DE USO ÚNICO,	G, .		ι φ σσ,	1 14 =1 100, 10
	CAIXA COM 100 UNIDADES,				
	PAREDES DA CÂNULA DE MENOR				

	ESPESSURA BISEL TRIPLO.				
	IDENTIFICAÇÃO: EXTERNAMENTE				
	DEVERÁ CONTER DADOS COMO:				
	NÚMERO DE LOTE, VALIDADE				
	(NÃO DEVERÁ TER CORRIDO 30%				
	DA DATA DE FABRICAÇÃO) E				
	NÚMERO DO REGISTRO NA				
	ANVISA.				
	BROCA DIAMANTADA 1014				
	UTILIZADA EM OPERAÇÕES				
	ROTINEIRAS EM ESMALTE,				
	DENTINA E PREPARAÇÕES				
	CAVITÁRIAS EM GERAL. COMO	UND		R\$ 15,47	
	TODAS AS CÔNICAS, PREPARA				
	FAVORECENDO A				
165	EXPULSIVIDADE. SUA		60		R\$ 928,20
103	EXTREMIDADE INATIVA E		00		Nφ 920,20
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	BROCA DIAMANTADA 1011				
	UTILIZADA EM OPERAÇÕES				
166	ROTINEIRAS EM ESMALTE,	UND	60	R\$ 10,63	R\$ 637,80
	DENTINA E PREPARAÇÕES	0.10		Ι (ψ 10,00	1 (φ σσ1,σσ
	CAVITÁRIAS EM GERAL. COMO				
	TODAS AS CÔNICAS, PREPARA				

	FAVORECENDO A				
	EXPULSIVIDADE. SUA				
	EXTREMIDADE INATIVA E				
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	BROCA DIAMANTADA 1012				
	UTILIZADA EM OPERAÇÕES				
	ROTINEIRAS EM ESMALTE,				
	DENTINA E PREPARAÇÕES				
	CAVITÁRIAS EM GERAL. COMO				
	TODAS AS CÔNICAS, PREPARA		60		
	FAVORECENDO A			60 R\$ 9,89	
167	EXPULSIVIDADE. SUA	UND			R\$ 593,40
107	EXTREMIDADE INATIVA E	OND		Τ (ψ 3,03	ΤΨ 555,46
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	BROCA DIAMANTADA 1015				
168	UTILIZADA EM OPERAÇÕES	UND	60	R\$ 13,90	R\$ 834,00
	ROTINEIRAS EM ESMALTE,			, ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	. ,
	DENTINA E PREPARAÇÕES				

	CAVITÁRIAS EM GERAL. COMO				
	TODAS AS CÔNICAS, PREPARA				
	FAVORECENDO A				
	EXPULSIVIDADE. SUA				
	EXTREMIDADE INATIVA E				
	DELICADA (DESPROVIDA DE				
	DIAMANTAÇÃO) PERMITE-LHE				
	INFILTRAR-SE				
	SUBGENGIVALMENTE NOS				
	PREPAROS PROFUNDOS, EM				
	PRÓTESE. EMBALAGEM COM 01				
	UNIDADE.				
	ESPELHO DE MÃO. ESPELHO DE				
169	MÃO PARA PROCEDIMENTOS	UND	20	R\$ 16,23	R\$ 324,60
	CLÍNICOS.				
	FÓRCEPS ADULTO 150. INDICADO				
170	PARA PRÉ-MOLARES INCISIVOS E	UND	20	R\$ 95,34	R\$ 1.906,80
	RAÍZES SUPERIORES.				
	FÓRCEPS ADULTO 151. INDICADO				
171	PARA PRÉ-MOLARES INCISIVOS E	UND	20	R\$ 92,18	R\$ 1.843,60
	RAÍZES INFERIORES.				
	FÓRCEPS ADULTO 69. INDICADO				
172	PARA FRAGMENTOS DE RAÍZES E	UND	20	R\$ 85,14	R\$ 1.702,80
	RAÍZES PEQUENAS.				
	FÓRCEPS ADULTO 65. INDICADO				
173	PARA INCISIVOS E RAÍZES	UND	20	R\$ 68,74	R\$ 1.374,80
	SUPERIORES BICO FINO.				
	FÓRCEPS ADULTO 18R.				
174	INDICADO PARA MOLARES	UND	20	R\$ 59,00	R\$ 1.180,00
	SUPERIORES DO LADO DIREITO				

	E SUAS RAÍZES.				
	FÓRCEPS ADULTO 18L. INDICADO				
175	PARA MOLARES SUPERIORES DO	UND	20	R\$ 63,32	R\$ 1.266,40
173	LADO ESQUERDO E SUAS	OND	20	ΤΨ 00,02	ΤΨ 1.200,40
	RAÍZES.				
	FÓRCEPS ADULTO 17. INDICADO				
176	PARA FRAGMENTOS DE RAÍZES E	UND	20	R\$ 86,66	R\$ 1.733,20
	RAÍZES PEQUENAS.				
	FÓRCEPS ADULTO 68. INDICADO				
177	PARA EXTRAÇÕES DE RAÍZES DE	UND	20	R\$ 86,04	R\$ 1.720,80
	DENTES INFERIORES.				
178	PONTA DIAMANTADA CÔNICA	UND	20	R\$ 4,13	R\$ 82,60
	TOPO INATIVO.				
179	PONTA DIAMANTADA OVAL.	UND	40	R\$ 2,77	R\$ 110,80
180	PONTA DIAMANTADA BALA.	UND	30	R\$ 247,63	R\$ 7.428,90
	KIT PONTA DIAMANTADA FINA		60		R\$ 2.955,60
	DOURADA. INDICADAS PARA			R\$ 49,26	
181	RESTAURAÇÕES. KIT CONTÉM	UND			
	BROCAS DIAMANTADAS			, ,	,
	1093/1112/1190/2135/3118/3168/31				
	95.				
182	FÓRCEPS INFANTIL N 2.	UND	15	R\$ 54,06	R\$ 810,90
183	FÓRCEPS INFANTIL N 4.	UND	15	R\$ 51,00	R\$ 765,00
184	FÓRCEPS INFANTIL N 5.	UND	15	R\$ 137,17	R\$ 2.057,55
185	FÓRCEPS INFANTIL N 101.	UND	15	R\$ 88,12	R\$ 1.321,80
186	FÓRCEPS INFANTIL N 46.	UND	15	R\$ 65,23	R\$ 978,45
187	FÓRCEPS INFANTIL N 23.	UND	15	R\$ 56,31	R\$ 844,65
	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO				
188	PERIAPICAL – ODONTOLÓGICO.	CX	100	R\$ 224,42	R\$ 22.442,00
	FILME DE MODELO ADULTO.				

VELOCIDADE VITEDAGES			T	T
, , ,				
MÉTODOS DE PROCESSAMENTO				
MANUAL E AUTOMÁTICO.				
FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL				
PERIAPICAL – ODONTOLÓGICO.				
FILME DE MODELO INFANTIL.				
VELOCIDADE INTERMEDIÁRIA	CX	50	P¢ 285 27	R\$ 14.263,50
(VELOCIDADE E).	ΟX	30	Ι (φ 205,27	174 14.203,30
COMPATIBILIDADE COM OS				
MÉTODOS DE PROCESSAMENTO				
MANUAL E AUTOMÁTICO.				
CABO PARA BISTURI. INDICADO				
PARA ENCAIXE DE LÂMINA DE	UND	20	R\$ 26,11	R\$ 522,20
BISTURI.				
PORTA AGULHA 15 CM. INDICADO				
PARA AUXÍLIO NO MANUSEIO DA	LINID	30	D¢ 24 00	R\$ 1.049,70
AGULHA DURANTE SUTURA E	טאט	30	K\$ 34,99	K\$ 1.049,70
DEMAIS PROCEDIMENTOS.				
TESOURA IRIS 12CM. O				
PRODUTO É UTILIZADO EM	LIND	20	D¢ 44.05	D# 204 00
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	טאט	20	K\$ 14,05	R\$ 281,00
EM GERAL.				
PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY				
CURVA. UTILIZADA COMO	LIND	20	De E2 40	D# 4 000 00
AUXILIAR EM PROCEDIMENTOS	UND	20	20 R\$ 53,10	R\$ 1.062,00
ODONTOLÓGICOS.				
PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY	LINID	00	D# 50.00	D# 4 040 00
RETA. UTILIZADA COMO AUXILIAR	טאט	∠0	K\$ 5U,8U	R\$ 1.016,00
	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL PERIAPICAL — ODONTOLÓGICO. FILME DE MODELO INFANTIL. VELOCIDADE INTERMEDIÁRIA (VELOCIDADE INTERMEDIÁRIA (VELOCIDADE E). COMPATIBILIDADE COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. CABO PARA BISTURI. INDICADO PARA ENCAIXE DE LÂMINA DE BISTURI. PORTA AGULHA 15 CM. INDICADO PARA AUXÍLIO NO MANUSEIO DA AGULHA DURANTE SUTURA E DEMAIS PROCEDIMENTOS. TESOURA IRIS 12CM. O PRODUTO É UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM GERAL. PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA. UTILIZADA COMO AUXILIAR EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS.	(VELOCIDADE E). COMPATIBILIDADE COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL. PERIAPICAL - ODONTOLÓGICO. FILME DE MODELO INFANTIL. VELOCIDADE INTERMEDIÁRIA (VELOCIDADE E). COMPATIBILIDADE COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. CABO PARA BISTURI. INDICADO PARA ENCAIXE DE LÂMINA DE BISTURI. PORTA AGULHA 15 CM. INDICADO PARA AUXÍLIO NO MANUSEIO DA AGULHA DURANTE SUTURA E DEMAIS PROCEDIMENTOS. TESOURA IRIS 12CM. O PRODUTO É UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM GERAL. PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA. UTILIZADA COMO AUXILIAR EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY UND	(VELOCIDADE E). COMPATIBILIDADE COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL PERIAPICAL — ODONTOLÓGICO. FILME DE MODELO INFANTIL. VELOCIDADE INTERMEDIÁRIA (VELOCIDADE E). COMPATIBILIDADE COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. CABO PARA BISTURI. INDICADO PARA ENCAIXE DE LÂMINA DE BISTURI. PORTA AGULHA 15 CM. INDICADO PARA AUXÍLIO NO MANUSEIO DA AGULHA DURANTE SUTURA E DEMAIS PROCEDIMENTOS. TESOURA IRIS 12CM. O PRODUTO É UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM GERAL. PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA. UTILIZADA COMO AUXILIAR EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY UND 20	(VELOCIDADE E). COMPATIBILIDADE COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL PERIAPICAL – ODONTOLÓGICO. FILME DE MODELO INFANTIL. VELOCIDADE INTERMEDIÁRIA (VELOCIDADE E). COMPATIBILIDADE COM OS MÉTODOS DE PROCESSAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO. CABO PARA BISTURI. INDICADO PARA ENCAIXE DE LÂMINA DE BISTURI. PORTA AGULHA 15 CM. INDICADO PARA AUXÍLIO NO MANUSEIO DA AGULHA DURANTE SUTURA E DEMAIS PROCEDIMENTOS. TESOURA IRIS 12CM. O PRODUTO É UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM GERAL. PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA. UTILIZADA COMO AUXILIAR EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY UND 20 R\$ 53,10

	EM PROCEDIMENTOS				
	ODONTOLÓGICOS.				
	TESOURA CIRÚRGICA CURVA.				
	INDICADA PARA CORTE DE				
195	TECIDOS E FIOS DURANTE A	UND	20	R\$ 14,77	R\$ 295,40
	CIRURGIA. PRODUZIDO EM AÇO				
	INOX AISI 420.				
	PINÇA DENTE DE RATO – PARA				
	USO CIRÚRGICO GERAL, PINÇAR				
	TECIDOS, DISSECAÇÃO,				
	FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL,				
196	AUTOCLAVÁVEL, 11 CM,	UND	30	R\$ 15,78	R\$ 473,40
100	CONTENDO NA EMBALAGEM	OND			
	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,				
	PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE				
	REGISTRO NA ANVISA, LOTE E				
	VALIDADE.				
197	TESOURA MAYO STILLE RETA	UND	15	R\$ 56,93	R\$ 853,95
101	17CM.	OND	.0	ι τφ σσ,σσ	1 (\$ 333,33
	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO.				
198	FIXAÇÃO DA BROCA DE FORMA	UND	40	R\$ 184,73	R\$ 7.389,20
	FÁCIL, PRÁTICA E SEGURA.				
	MICROMOTOR. APRESENTAÇÃO				
199	BENEFÍCIOS: CORPO	UND	30	R\$ 458,40	R\$ 13.752,00
	CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO			, , , ,	, , , , , ,
	ANODIZADO.				
	CONTRA-ÂNGULO.				
200	CARACTERÍSTICAS: ROBUSTO	UND	30	R\$ 1,33	R\$ 39,90
	CORPO DE LATÃO CROMADO.				
201	CONJUNTO DE MICROMOTOR E	UND	30	R\$ 356,87	R\$ 10.706,10

PEÇA RETA, COM SISTEMA DE				
ENCAIXE TIPO INTRA; LEVE,				
ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL				
DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR				
ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO				
MÁXIMA DE 20.000 RPM.				
CONJUNTO DE MICROMOTOR E				
CONTRA-ÂNGULO; COM SISTEMA				
DE ENCAIXE UNIVERSAL TIPO				
INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM	LIND	30	R\$ 441 55	R\$ 13.246,50
BAIXO NÍVEL DE RUÍDO;	OND	00	КФ 441,33	Nφ 13.240,30
LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM				
SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE				
20.000 RPM.				
CONDICIONADOR DENTAL ÁCIDO				
(ÁCIDO FOSFÓRICO 37%).				
INDICADO PARA O			R\$ 3,35	
CONDICIONAMENTO DA DENTINA	PCT	50		R\$ 167,50
E ESMALTE PARA MELHORAR A	101	00		
ADESÃO DOS MATERIAIS				
RESTAURADORES À ESTRUTURA				
DENTÁRIA.				
TIRA DE LIXA 4MM / 6MM C/12				
PARA ACABAMENTO E				
POLIMENTO DAS FACES				
PRÓXIMAS DAS RESTAURAÇÕES.	PCT	20	R\$ 9.69	R\$ 193,80
PARA SEREM USADAS EM			Ι (ψ Ο,ΟΟ	1 (ψ 100,00
COMPÓSITOS, ACRÍLICOS,				
IONÔMEROS DE VIDRO E				
AMÁLGAMA.				
	ENCAIXE TIPO INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CONJUNTO DE MICROMOTOR E CONTRA-ÂNGULO; COM SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL TIPO INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CONDICIONADOR DENTAL ÁCIDO (ÁCIDO FOSFÓRICO 37%). INDICADO PARA O CONDICIONAMENTO DA DENTINA E ESMALTE PARA MELHORAR A ADESÃO DOS MATERIAIS RESTAURADORES À ESTRUTURA DENTÁRIA. TIRA DE LIXA 4MM / 6MM C/12 PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DAS FACES PRÓXIMAS DAS RESTAURAÇÕES. PARA SEREM USADAS EM COMPÓSITOS, ACRÍLICOS, IONÔMEROS DE VIDRO E	ENCAIXE TIPO INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CONJUNTO DE MICROMOTOR E CONTRA-ÂNGULO; COM SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL TIPO INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CONDICIONADOR DENTAL ÁCIDO (ÁCIDO FOSFÓRICO 37%). INDICADO PARA O CONDICIONAMENTO DA DENTINA E ESMALTE PARA MELHORAR A ADESÃO DOS MATERIAIS RESTAURADORES À ESTRUTURA DENTÁRIA. TIRA DE LIXA 4MM / 6MM C/12 PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DAS FACES PRÓXIMAS DAS RESTAURAÇÕES. PARA SEREM USADAS EM COMPÓSITOS, ACRÍLICOS, IONÔMEROS DE VIDRO E	ENCAIXE TIPO INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CONJUNTO DE MICROMOTOR E CONTRA-ÂNGULO; COM SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL TIPO INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CONDICIONADOR DENTAL ÁCIDO (ÁCIDO FOSFÓRICO 37%). INDICADO PARA O CONDICIONAMENTO DA DENTINA E ESMALTE PARA MELHORAR A ADESÃO DOS MATERIAIS RESTAURADORES À ESTRUTURA DENTÁRIA. TIRA DE LIXA 4MM / 6MM C/12 PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DAS FACES PRÓXIMAS DAS RESTAURAÇÕES. PARA SEREM USADAS EM COMPÓSITOS, ACRÍLICOS, IONÔMEROS DE VIDRO E	ENCAIXE TIPO INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CONJUNTO DE MICROMOTOR E CONTRA-ÂNGULO; COM SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL TIPO INTRA; LEVE, ANATÔMICO E COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LUBRIFICÁVEL, POR ÓLEO EM SPRAY; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM. CONDICIONADOR DENTAL ÁCIDO (ÁCIDO FOSFÓRICO 37%). INDICADO PARA O CONDICIONAMENTO DA DENTINA E ESMALTE PARA MELHORAR A ADESÃO DOS MATERIAIS RESTAURADORES À ESTRUTURA DENTÁRIA. TIRA DE LIXA 4MM / 6MM C/12 PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DAS FACES PRÓXIMAS DAS RESTAURAÇÕES. PARA SEREM USADAS EM COMPÓSITOS, ACRÍLICOS, IONÔMEROS DE VIDRO E

205	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL À BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% + EPINEFRINA 1:100.000, TUBETE DE VIDRO (1,8 ML) ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 50 UNIDADES.	СХ	100	R\$ 139,59	R\$ 13.959,00
206	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL À BASE DE CLORIDRATO DE ARTICAÍNA A 4% + EPINEFRINA 1:100.000, TUBETE DE VIDRO (1,8 ML) ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 50 UNIDADES.	СХ	20	R\$ 207,21	R\$ 4.144,20
207	FIO DENTAL 100M. COM TEXTURA MACIA E FORMATO DE FITA, QUE DESLIZAM FACILMENTE ENTRE OS DENTES. POSSUI TECNOLOGIA RESISTENTE AO DESGASTE. SABOR MENTA, PROPORCIONA UMA SENSAÇÃO REFRESCANTE.	UND	2	R\$ 3,54	R\$ 7,08
208	CLOREXIDINA BUCAL 0,12% 2L. DESENVOLVIDO PARA AUXILIAR NA ELIMINAÇÃO DE GERMES QUE CAUSAM MAU HÁLITO, GENGIVITE, PLACA BACTERIANA E NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS PERIODONTAIS.	UND	50	R\$ 38,68	R\$ 1.934,00
209	AMÁLGAMA. 100 CÁPSULAS.	PCT	30	R\$ 131,81	R\$ 3.954,30

	UTILIZADO COMO RESTAURADOR				
	DENTÁRIO. NÃO UTILIZAR EM				
	PESSOAS COM ALERGIA AO				
	MERCÚRIO.				
	ELÁSTICO COM SEPARADOR				
	ANEL. INDICADO PARA				
210	PROMOVER ABERTURA DO	AMP	20	R\$ 10,14	R\$ 202,80
	ESPAÇO INTERPROXIMAL	OLA			,,
	(ESPAÇO ENTRE OS DENTES).				
_	PORTA AMÁLGAMA DE PLÁSTICO.				
	UTILIZADO PARA O TRANSPORTE				
211	E INSERÇÃO DO AMÁLGAMA NA	UND	20	R\$ 9,51	R\$ 190,20
	CAVIDADE DENTÁRIA.				
	SACA BROCA UNIVERSAL ALTA				
040	ROTAÇÃO. INDICADO PARA	UND	20	R\$ 27,94	D# 550.00
212	TURBINAS DENTSCLER DE ALTA				R\$ 558,80
	ROTAÇÃO.				
	CURETA MC CALL. ENVASADA EM				
	SERINGA COM 4 G.				
	CONFECCIONADA EM AÇO				
	INOXIDÁVEL CIRÚRGICO, COM				
213	ACABAMENTO ACETINADO PARA	UND	30	R\$ 12,34	R\$ 370,20
	REDUZIR O BRILHO, PONTA				
	CORTANTE, CABO OCO COM				
	SULCOS PARA MELHOR				
	EMPUNHADURA.				
214	BROCA CARBIDE ZEKRYA	UND	20	R\$ 14,43	R\$ 288,60
	CÔNICA LONGA PONTA SEGURA.	0.10			
215	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA SEM	CX	20	R\$ 141,72	R\$ 2.834,40
	VASO 3%. EMBALAGEM COM 50			Γ Φ 141,1∠	

	TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML				
	CADA. CLORIDRATO				
	MEPIVACAÍNA SEM VASO				
	(TUBETE DE VIDRO).				
	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE				
	PRILOCAÍNA COM FELIPRESSINA.				
216	EMBALAGEM COM 50 TUBETES	CX	20	D¢ 472 22	D¢ 2.466.60
210	DE PLÁSTICO COM 1,8ML CADA.	ΟX	20	R\$ 173,33	R\$ 3.466,60
	CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA				
	COM FELIPRESSINA 0,03UI/ML.				
	BROCA CIRÚRGICA ZECRYA.				
217	INDICADA PARA	UND	15	R\$ 23,08	D¢ 246 20
217	ODONTOSECÇÃO. EXTRALONGA:	טויט	15	Ι Φ 25,00	R\$ 346,20
	28MM.				
	ESCOVA DENTAL PARA BEBÊ				
	COM PROTETOR DE CERDA -				
218	ESCOVA DENTAL EM SILICONE,	UND	150	50 R\$ 1,12	R\$ 168,00
210	MACIA E CONFORTÁVEL,	OND	100		Ι ΑΨ 100,00
	EFICIENTE NA HIGIENIZAÇÃO E				
	MASSAGEM DA GENGIVA.				
219	PONTA ULTRASSÔNICA PERIO C	UND	30	R\$ 53,33	R\$ 1.599,90
213	PARA SCALER.	OND	30	ΤΨ 55,55	1 (ψ 1.555,50
	ESCOVA UNHA. IDEAL PARA				
	LIMPEZA DELICADA. REMOVE AS				
220	PEQUENAS SUJEIRAS GRAÇAS	UND	30	R\$ 3,29	R\$ 98,70
220	ÀS SUAS CERDAS MACIAS.	OND	30	ΤΨ 5,25	ΤΨ 30,70
	INDICADA PARA SUPERFÍCIES				
	QUE EXIGEM CUIDADO EXTRA.				
221	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA	UND	50	R\$ 1,45	R\$ 72,50
'	FACE. COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE	0.40	00	Ι (Ψ Ι, ΤΟ	Ι.Ψ.Ι.Ζ,ΟΟ

	POLIURETANO E FIBRA				
	SINTÉTICA COM MINERAL				
	ABRASIVO. 110MM X 75MM X				
	20MM.				
	AGULHA ODONTOLÓGICA EXTRA				
	CURTA 30G - AGULHA GENGIVAL				
	PARA ANESTESIA				
222	ODONTOLÓGICA, CURTA,	CX	10	R\$ 29,54	R\$ 295,40
	DESCARTÁVEL, ESTÉRIL,				
	CONFECCIONADA EM AÇO				
	INOXIDÁVEL.				
	CANUDO DESCARTÁVEL -				
	DIÂMETRO DE 10 MM X		Г 50	R\$ 10,28	R\$ 514,00
	COMPRIMENTO DE 21 CM,	PCT			
223	CONTENDO NA EMBALAGEM				
223	EXTERNA OS DADOS DE				
	IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA,				
	NÚMERO DE REGISTRO NA				
	ANVISA, LOTE E VALIDADE.				
	ESCOVA DE CUSPIDEIRA -				
	DIMENSÕES 27 X 6,4 X 5 CM.				
	PARA LIMPEZA DE LONGO				
	ALCANCE E RETIRADA DE				
224	RESÍDUOS, CONTENDO NA	UND	30	R\$ 23,17	R\$ 695,10
224	EMBALAGEM EXTERNA OS	OND		1 (ψ 20, 17	ΤΨ 000, 10
	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,				
	PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE				
	REGISTRO NA ANVISA, LOTE E				
	VALIDADE.				
225	FIO DE AÇO N° 08 - FIO	UND	10	R\$ 87,30	R\$ 873,00

	ORTODÔNTICO ESTÉTICO PARA AMARRILHO (CRNI), CONTENDO NA EMBALAGEM EXTERNA OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA, LOTE E VALIDADE.				
226	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL PERIAPICAL – ODONTOLÓGICO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; FILME INSIGHT INFANTIL PERIAPICAL; ALTA VELOCIDADE F; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.		50	R\$ 552,58	R\$ 27.629,00
227	RESINA COMPOSTA PARA DENTINA / D3. COMPOSTA POR ZIRCÔNIA E TRIFLUERETO DE YTTÉRBIO, FLUORESCÊNCIA BALANCEADA, RADIOPACIDADE, RESISTENTE, DEVE PROPORCIONAR BRILHO E ESTÉTICA NATURAL, EXCELENTE CONSISTÊNCIA, COR D3 (DENTINA), ENVASADA EM SERINGA COM 4 G.	UND	40	R\$ 49,24	R\$ 1.969,60
228	RESINA COMPOSTA PARA DENTINA / D3,5. COMPOSTA POR ZIRCÔNIA E TRIFLUERETO DE YTTÉRBIO, FLUORESCÊNCIA BALANCEADA, RADIOPACIDADE,	UND	40	R\$ 32,99	R\$ 1.319,60

					T
	RESISTENTE, DEVE				
	PROPORCIONAR BRILHO E				
	ESTÉTICA NATURAL, EXCELENTE				
	CONSISTÊNCIA, COR D3,5				
	(DENTINA), ENVASADA EM				
	SERINGA COM 4 G.				
229	LIXEIRA 50 LITROS COM PEDAL.	UND	30	R\$ 83,21	R\$ 2.496,30
	PULVERIZADOR DE PLÁSTICO				
	500ML. USO PROFISSIONAL OU				
	DOMÉSTICO PARA FINS				
230	VARIADOS. TAMANHO: 23CM DE	UND	30	R\$ 5,07	R\$ 152,10
	ALTURA (C/ GALHO).				
	CAPACIDADE: 500ML. COR:				
	TRANSPARENTE.				
	DESSENSIBILIZANTE DENTAL		30		
	GEL (2%) - COMPOSTO POR			30 R\$ 17,92	
004	HIDRÓXIDO DE SÓDIO,				D# 507.00
231	CARBÔMERO, NITRATO DE	UND			R\$ 537,60
	POTÁSSIO, FLUORETO DE SÓDIO,				
	GLICEROL E ÁGUA DEIONIZADA.				
	RESINA BULK FILL FLOW -				
	EMBALAGEM COM 2G				
232	VISCOSIDADE FLUIDA. BAIXA	UND	25	R\$ 95,16	R\$ 2.379,00
	TENSÃO DE CONTRAÇÃO. COR				
	A1 VALIDADE DE 12 MESES.				
	SOLUÇÃO DE FORMOL 10% -				
233	SOLUÇÃO ENVASADA EM	LIND	20	D¢ 0.64	D¢ 400 00
	FRASCO LACRADO CONTENDO	UND	20	R\$ 9,61	R\$ 192,20
	01 LITRO.				
234	TENTACÂNULA, EMBALAGEM	UND	30	R\$ 12,70	R\$ 381,00

	COM 01 UNIDADE.				
	COMPRIMENTO: 15 CM.				
235	CURETA MC CALL N° 11/12 - CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO, COM ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUZIR O BRILHO, PONTA	UND	30	R\$ 55,67	R\$ 1.670,10
	CORTANTE, CABO OCO COM SULCOS PARA MELHOR EMPUNHADURA.				
236	DESINFETANTE E DESODORIZANTE - DISSOLVEDOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS (COMO SANGUE COAGULADO, SALIVA, GÉIS FLUORETADOS, MATERIAIS DE MOLDAGEM).	UND	40	R\$ 40,76	R\$ 1.630,40
237	SOLUÇÃO OTOLÓGICA - COMPOSIÇÃO: HIDROCORTISONA 10MG/ML + SULFATO DE NEOMICINA 5 MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UI/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO.	UND	10	R\$ 17,25	R\$ 172,50
238	IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL. MATERIAL PRONTO PARA USO, COM APLICAÇÃO HIGIÊNICA E PRÁTICA; APRESENTAÇÃO	UND	40	R\$ 84,37	R\$ 3.374,80

	OPACO UNIVERSAL,				
	POSSIBILITANDO				
	RESTAURAÇÕES ESTÉTICAS.				
	INDICADOR BIOLÓGICO PARA				
	ESTERILIZAÇÃO A VAPOR – CADA				
	INDICADOR DEVERÁ CONTER				
239	POPULAÇÃO MÍNIMA DE 105 OU	UND	40	R\$ 49,81	R\$ 1.992,40
	106 DE ESPOROS BACTERIANOS				
	DE GEOBACILLUS				
	STEAROTHERMOPHILUS.				
	ABAIXADOR DE LÍNGUA				
	(ESPÁTULA DE MADEIRA),				
	ABAIXADOR DE LÍNGUA,	PCT	100	R\$ 5,42	R\$ 542,00
240	ESPÁTULA DE MADEIRA COM				
240	BORDAS ARREDONDADAS,				
	DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL,				
	COM APROXIMADAMENTE 150MM				
	DE COMPRIMENTO.				
	ÁGUA DESTILADA (05 LITROS) -				
	PARA USO EM AUTOCLAVES,				R\$ 1.263,00
241	POSSUI SOLVENTE INORGÂNICO,	LT	100	R\$ 12,63	
271	ASPECTO LÍQUIDO LÍMPIDO,		100	Τ(ψ 12,00	1.200,00
	INCOLOR, INODORO, INSÍPIDO,				
	NÃO INJETÁVEL.				
	AVENTAL HOSPITALAR NÃO				
	ESTÉRIL - CONFECCIONADO EM				
242	TNT 100% POLIPROPILENO,	UND	1000	1000 R\$ 4,45	R\$ 4.450,00
_ '-	GRAMATURA 50 G/M2, TAMANHO	0.10			1.100,00
	ÚNICO, MANGA LONGA, PUNHO				
	COM ELÁSTICO, TIRAS PARA				

	AMARRAÇÃO.				
	BICARBONATO DE SÓDIO - PÓ				
	PARA USO ODONTOLÓGICO,				
	COMPOSTO POR BICARBONATO				
243	DE SÓDIO, SÍLICA AMORFA	UND	30	R\$ 41,30	R\$ 1.239,00
	(AEROSIL), ESTEARATO DE				
	MAGNÉSIO E ESSÊNCIA,				
	ABRASIVIDADE MODERADA.				
	BROCA CARBIDE ENDO Z – ENDO				
	Z, DIÂMETRO DA PONTA: ISO Ø				
244	014, MÍNIMO DE 21 MM (HASTE	UND	20	R\$ 26,57	R\$ 531,40
	LONGA), ESTERILIZADA E				
	EMBALADA INDIVIDUALMENTE.				
	GLUCONATO DE CLOREXIDINA				
	0,12% (250 ML) - SOLUÇÃO ORAL DE GLUCONATO DE				
245	CLOREXIDINA A 0,12%, SEM	UND	100	R\$ 13,10	R\$ 1.310,00
243	ÁLCOOL, ANTISSÉPTICO,	OND	100	Ι (Ψ 15, 10	1.510,00
	ANTIBACTERIANO, COM SABOR				
	ARTIFICIAL.				
	RESINA COMPOSTA				
	NANOHÍBRIDA				
	FOTOPOLIMERIZÁVEL (EA2) -				
	COMPOSTA POR ZIRCÔNIA E				
246	TRIFLUERETO DE YTTÉRBIO,	UND	40	D¢ 42.04	D¢ 500 60
240	FLUORESCÊNCIA BALANCEADA,	UND	40	R\$ 13,24	R\$ 529,60
	RADIOPACIDADE, RESISTENTE,				
	DEVE PROPORCIONAR BRILHO E				
	ESTÉTICA NATURAL, EXCELENTE				
	CONSISTÊNCIA, COR EA2				

	(ESMALTE).				
	MATRIZ DE POLIÉSTER (MOLAR +				
	PRÉ-MOLAR) -				
	CONFECCIONADAS EM				
247	POLIÉSTER COM ESPESSURA	UND	50	R\$ 128,70	R\$ 6.435,00
	0,05 MM, TRANSPARENTE, PRÉ-				
	CONTORNADAS, SISTEMA DE				
	FIXAÇÃO INTERDENTAL.				
	DESTILADOR DE ÁGUA.				
248	UTILIZADO PARA ELIMINAR				
240	CONTAMINANTES DA ÁGUA POR				
	MEIO DO				
	FOTOPOLIMERIZADOR FONTE DE				
	LUZ LED COLIMADA. LUZ				
249	COLIMADA PARA UMA	UND	4	R\$ 815,17	R\$ 3.260,68
	FOTOATIVAÇÃO MAIS PROFUNDA				
	E CONFIÁVEL.				
	ULTRASSOM + JATO DE				
	BICARBONATO. UNIDADE + 3				
250	PONTAS ULTRASSÔNICA BIVOLT	UND	2	R\$ 2.600,70	R\$ 5.201,40
	(CHAVEAMENTO MANUAL).				
	APARELHO CONJUGADO DE				
	ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO.				
	BOMBA DE VÁCUO ATÉ 2HP/CV.				
	SINÔNIMOS: BOMBA GERADORA				
054	DE VÁCUO. DEFINIÇÃO E	LIND		D# 4 400 75	D¢ 04 050 50
251	APLICAÇÃO: EQUIPAMENTO	UND	6	R\$ 4.108,75	R\$ 24.652,50
	GERADOR DE VÁCUO PARA DIVERSAS APLICAÇÕES EM				
	,				
	AMBIENTE ODONTOLÓGICO.				

252	BOMBA VÁCUO PORTÁTIL ASPIRADORA SUGADOR DE SANGUE E SECREÇÃO. MOTOR: 1/30 HP. VOLTAGEM: 110 E 220 VOLTS (60 HZ) AUTOMÁTICO. CONSUMO: BAIXO CONSUMO DE ENERGIA.	UND	2	R\$ 400,69	R\$ 801,38
253	SELADORA PEDAL. INDICADO PARA SELAGEM DE ENVELOPES PRÓPRIOS PARA ESTERILIZAÇÃO. UTILIZA FITA PARA SOLDAGEM. SELADORA DE MESA. NÃO POSSUI GUILHOTINA.	UND	3	R\$ 450,16	R\$ 1.350,48
254	MESA PARA ESCRITÓRIO. DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO: MÓVEL UTILIZADO PARA ALOCAR COMPUTADORES DO TIPO DESKTOP (MOUSE, TECLADO, MONITOR E CPU).	UND	3	R\$ 716,31	R\$ 2.148,93
255	GELADEIRA TIPO FRIGOBAR. CAPACIDADE PARA 120 LITROS, LINHA BRANCA, GABINETE COM ACESSÓRIOS, 110V.	UND	3	R\$ 1.425,65	R\$ 4.276,95
256	LASER DE BAIXA POTÊNCIA. TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 100 – 240 V. PESO DA PEÇA DE MÃO: 0,18 KG. PESO DO SUPORTE DA PEÇA DE MÃO: 0,12 KG.	UND	1	R\$ 3.700,31	R\$ 3.700,31
257	CADEIRA GIRATÓRIA PISTÃO A GÁS. GARANTIA 3 MESES,	UND	6	R\$ 280,00	R\$ 1.680,00

	CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01				
	CADEIRA, AMBIENTES:				
	ESCRITÓRIO, MODELO:				
	SECRETARIA, MATERIAL: NYLON				
	E AÇO.				
	CADEIRA POLIPROPILENO.				
	CADEIRA PLÁSTICA 04 PÉS				
	PLÁSTICO (POLIPROPILENO).				
258	FICHA TÉCNICA: MODELO:	UND	10	R\$ 143,38	R\$ 1.433,80
	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO,				
	REFERÊNCIA DO MODELO:				
	CADEIRA PLÁSTICA.				
	ARMÁRIO BAIXO DE MADEIRA				
	MDF. 2 PORTAS; 1 PRATELEIRA				
259	INTERNA E OUTRA SUPERIOR.	UND	10	R\$ 805,82	R\$ 8.058,20
239	PEÇAS LATERAIS, INFERIOR E	טווט	10	ΤΨ 003,02	ΤΨ 0.000,20
	PRATELEIRA EM MDF. COR				
	BRANCA.				
	ARMÁRIO EM MDF COM				
	ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5CM,				
	REVESTIDO EM LAMINADO				
260	MELAMÍNICO NA COR CINZA	UND	10	R\$ 849,21	R\$ 8.492,10
	CLARO, BORDAS REVESTIDAS				
	EM PVC DE ALTO IMPACTO NA				
	COR CINZA.				
	SUPORTE PARA AVENTAL DE				
261	CHUMBO. RESISTENTE,				
	CONFECCIONADO EM AÇO	UND	2	R\$ 192,98	R\$ 385,96
	CARBONO COM PINTURA EPÓXI				
	(ELETROSTÁTICA);				

	CONFECCIONADO COM TUBO DE				
	51MM DE DIÂMETRO.				
262	ASPIRADOR CIRÚRGICO PORTÁTIL. TOTALMENTE PORTÁTIL, NÃO CONSOME ÁGUA NEM NECESSITA DE ADAPTAÇÕES HIDRÁULICAS OU ELÉTRICAS.	UND	1	R\$ 446,04	R\$ 446,04
263	AMALGAMADOR DIGITAL. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PAINEL DIGITAL DE FÁCIL COMANDO, COM AJUSTE DE MEMÓRIA DO TEMPO A SER SELECIONADO PARA CADA MISTURA.	UND	1	R\$ 556,73	R\$ 556,73
264	APARELHO DE RAIO-X DIGITAL PORTÁTIL ODONTOLÓGICO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DE ALTA FREQUÊNCIA, PAINEL DE LCD COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO, COM TECNOLOGIA QUE GARANTA SEGURANÇA E PRECISÃO.	UND	1	R\$ 11.417,47	R\$ 11.417,47
265	AUTOCLAVE 21 LITROS. TECLADO E CONTROLE DIGITAL, DE FÁCIL MANUSEIO, 06 PROGRAMAS DE ESTERILIZAÇÃO: INSTRUMENTAL EMBALADO, INSTRUMENTAL DESEMBALADO, PLÁSTICOS,	UND	4	R\$ 3.632,50	R\$ 14.530,00

	TECIDOS, BORRACHAS E				
	LÍQUIDOS.				
	AUTOCLAVE 30 LITROS.				
	TECLADO E CONTROLE DIGITAL,				
	DE FÁCIL MANUSEIO, 30 OPÇÕES				
266	DE CICLOS PRÉ-PROGRAMÁVEIS	UND	2	R\$ 5.178,12	R\$ 10.356,24
	COM TEMPOS E TEMPERATURAS				
	SELECIONÁVEIS NO PAINEL.				
	BANDEJA DE COLUNA				
	GIRATÓRIA. ACOMPANHA				
	BANDEJA, ARRUELAS, CALÇO,				
267	PARAFUSO E MANCAL, DEVE		6	R\$ 249,67	R\$ 1.498,02
201	PERMITIR 6 MOVIMENTOS	UND		ΝΨ 243,07	ΤΨ 1.430,02
	GIRATÓRIOS DE 360°, BORDAS				
	SALIENTES PARA SEGURANÇA.				
	BIOMBO PLUMBÍFERO 80 X 180				
	CM. MODELO MÓVEL,				
	COMPOSTO POR PAINEL COM				
268	ACABAMENTO EM FÓRMICA E	UND	1	R\$ 547,96	R\$ 547,96
200	EMOLDURADO EM ALUMÍNIO,	UND			
	<u>.</u>				
	PROTEÇÃO RADIOLÓGICA COM LENÇOL DE CHUMBO.				
	REVELAÇÃO. PORTÁTIL,				
000	CONFECCIONADA EM	וואים	2	D¢ 247 50	D¢ 625 04
269	POLIPROPILENO, RESISTENTE A	UND	2	R\$ 317,52	R\$ 635,04
	PRODUTOS QUÍMICOS, ÁCIDOS, SUBSTÂNCIAS ALCALINAS E				
070	DETERGENTES.	LINID	A	D# 0 700 00	D# 0.700.00
270	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	1	R\$ 2.728,08	R\$ 2.728,08

	40 LITROS, 12 PÉS.				
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:				
	PARA UM OU DOIS				
	CONSULTÓRIOS, ISENTO DE				
	ÓLEO, PINTURA INTERNA, FILTRO				
	DE AR COM SILENCIADOR.				
	ESCOVÓDROMO PORTÁTIL.				
	COMPOSTO POR 06 PIAS DE				
271	POLIPROPILENO DE 34,5 X 26 X	UND	2	R\$ 5.371,00	P\$ 10 742 00
2/1	20 CM (ALTURA X LARGURA X	UND	۷	ΙζΦ 3.37 1,00	R\$ 10.742,00
	PROFUNDIDADE) COM TUBO				
	EXTENSÍVEL DE POLIPROPILENO.				
	PROTETOR DE TIREOIDE				
	INFANTIL. CONFECCIONADO EM	UND	1	R\$ 135,33	R\$ 135,33
272	BORRACHA PLUMBÍFERA 0,50				
212	MMPB, REVESTIMENTO EM				
	NYLON, COSTURA REFORÇADA,				
	FECHO EM VELCRO, LAVÁVEL.				
	PROTETOR DE TIREOIDE				
	ADULTO. CONFECCIONADO EM				
273	BORRACHA PLUMBÍFERA 0,50	UND	1	R\$ 280,59	R\$ 280,59
	MMPB, REVESTIMENTO EM	OND	·	ι τφ 200,00	1 (\$\pi 200,00
	NYLON, COSTURA REFORÇADA,				
	FECHO EM VELCRO, LAVÁVEL.				
	SELADORA 30 CM. PARA				
	SELAGEM DE ENVELOPES				
274	PRÓPRIOS PARA ESTERILIZAÇÃO	UND	3	R\$ 529,69	R\$ 1.589,07
	(FILME PLÁSTICO/PAPEL),		3		
	RESISTÊNCIA PTC BLINDADA				
	COM CONTROLE AUTOMÁTICO				

	DE TEMPERATURA.				
	SUPORTE DE PERFURO.				
	ESPECIFICAÇÃO: SUPORTE				
275	CAIXA COLETORA PARA	UND	5	R\$ 20,98	R\$ 104,90
	MATERIAL PERFUROCORTANTE				
	7L.				
	KIT FANTOCHES DE MÃO,				
	REPRESENTANDO DENTISTA,				
	DENTE, ESCOVA E PASTA DE				
276	DENTES. ESPECIALMENTE	UND	1	R\$ 112,97	R\$ 112,97
	CRIADO PARA AJUDAR PAIS E	0112			
	PROFISSIONAIS NA				
	TRANSMISSÃO DE NOÇÕES DE				
	HIGIENE BUCAL.				
	FANTOCHE ODONTOLÓGICO.				
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:				
	FANTOCHE DEMONSTRATIVO, EM				
277	FORMATO DE ANIMAL MEDINDO	UND	1	R\$ 466,75	R\$ 466,75
	41CM DE ALTURA X 39 CM DE				
	LARGURA E 43 CM DE				
	COMPRIMENTO.				
	KIT HIPER BOCÃO. COMPOSTO				
	DE CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA,				
278	04 RODÍZIOS PARA		4	D# 0 000 00	D# 0 000 00
	TRANSPORTE, 02 ALÇAS	UND	1	R\$ 6.838,68	R\$ 6.838,68
	METÁLICAS, MEDINDO 60 X 60 X				
	100 CM (LARGURA X				
	PROFUNDIDADE X ALTURA).				
279	AVENTAL DE CHUMBO PLUMBÍFERO 100 X 60 CM	UND	2	R\$ 836,33	R\$ 1.672,66
	PLUMBIFERO 100 X 60 CM				ļ

	(COMPRIMENTO X LARGURA).				
	PROTEÇÃO MÍNIMA DE 0,50				
	MMPB, FIO DE COSTURA 100%				
	POLIÉSTER, COM PROTETOR DE				
	TIREOIDE INTEGRADO.				
	AVENTAL DE CHUMBO				
	PLUMBÍFERO 76 X 60 CM				
	(COMPRIMENTO X LARGURA).				
280	PROTEÇÃO MÍNIMA DE 0,50	UND	2	R\$ 491,56	R\$ 983,12
	MMPB, FIO DE COSTURA 100%				
	POLIÉSTER, COM PROTETOR DE				
	TIREOIDE INTEGRADO.				

9. ADEQUAÇÃO ORCAMENTÁRIA

9.1. Por se tratar de uma contratação pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), não há a obrigatoriedade de indicação da cobertura orçamentária que corresponda ao valor total da Ata, uma vez que o compromisso financeiro (empenho/contrato) para a Administração somente se concretizará no momento da emissão de cada Ordem de Fornecimento. Não obstante, declara-se que as despesas decorrentes das futuras contratações advindas desta Ata são compatíveis com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e onerarão as dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde.

10. DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. Das Obrigações da Contratada

- **10.1.1.** Além das obrigações previstas em todo este Termo de Referência, na proposta e no contrato, constituem deveres da Contratada:
- **a)** Fornecer materiais odontológicos estritamente de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Ordem de Fornecimento.

- **b)** Garantir a qualidade, procedência, integridade e validade dos materiais em todas as entregas.
- **c)** Realizar a entrega no local indicado, em condições adequadas de transporte e armazenamento, dentro dos prazos estabelecidos.
- **d)** Substituir, sem ônus para a Contratante, qualquer material que apresente defeito, avaria, desconformidade ou validade insuficiente.
- **e)** Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do serviço.
- **f)** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **g)** Atender prontamente às comunicações e solicitações do fiscal do contrato.

10.2. Das Obrigações da Contratante

- **10.2.1.** Constituem deveres da Contratante:
- **a)** Realizar o pagamento à Contratada no prazo e nas condições estabelecidas, após a devida medição e ateste dos serviços.
- **b)** Designar um fiscal para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato em cada evento.
- **c)** Fornecer à Contratada as informações necessárias para a execução do serviço, como local, data e horário, por meio de Ordem de Serviço emitida com a devida antecedência.
- d) Prestar as informações necessárias e facilitar o acesso para a execução do contrato.
- e) Efetuar o ateste dos serviços prestados em conformidade com o que foi contratado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Termo de Referência é parte integrante e inseparável do Edital de Licitação e da futura Ata de Registro de Preços, para todos os fins e efeitos legais.

- **11.2.** A licitação e a futura Ata de Registro de Preços serão regidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelas cláusulas deste Termo de Referência, pelo Edital e seus anexos, e pela proposta da Contratada.
- **11.3**. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e nos princípios gerais do direito administrativo.
- **11.4.** Fica eleito o Foro da Comarca de Riachuelo, Estado de Sergipe, para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas do processo licitatório ou da Ata de Registro de Preços decorrente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- **11.5**. A apresentação da proposta pela licitante implica na aceitação plena e irrevogável de todos os termos, condições e exigências estabelecidas neste documento e no Edital de Licitação.

			ANEXO	II						
		МО	DELO DE P	ROPOSTA						
				(Cidade)	/(UF),	de		_ de 2025		
	AO MUNICÍPIO DE RIACHUELO PREFEITURA MUNICIPAL									
REF.: P	REGÃO ELETRÔNICO N	اه/2	025.							
forneci necess Termo	O: O presente term imento de materia idades do Fundo M de Referência, confo me especificações co	l e equi Iunicipal orme dem	pamentos de Saúde, andas enc	odontoló conformo aminhada	gicos des e especifi s pelo Fun	stinado cações o	a ate	ender as las neste		
.ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	V. UNIT R\$	V. TOTA	AL R\$			
	V	ALOR TOT	AL R\$					_		
Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos , contado da data de abertura do certame, caso não seja indicado, será considerada de 60 (sessenta) dias corridos. O prazo de entrega, que será de no máximo () dias consecutivos contados a partir da entrega da ordem de fornecimento. Forma de pagamento; por nota de empenho, após emissão da nota fiscal, de acordo com as quantidades fornecidas, devidamente atestadas pelo setor solicitante. Declaro que nos preços ora propostos e naqueles que por ventura vierem a ser ofertados, por meio de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis ao perfeito fornecimento objeto desta proposta, tais como: taxas, fretes, impostos, seguros e tudo mais influir direta ou indiretamente no custo do fornecimento, entendido que a falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas.										
Razão S CNPJ: Endered Fone/Fa	ço:									
Local/I	Agência:	gal:								

CPF: _____

ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO, ESTADO DE SERGIPE, através da PREFEITURA MUNICIPAL
DE Riachuelo, inscrita no CNPJ: XXXXXXXXXXXX, com sede administrativa localizada no endereço
à XXXXXX, XXXX, XXXXXXXXXX, Estado de Sergipe, por seu xxxxxxxxxxx o Sr.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
portador da Carteira de Identidade nº SSP/ e CNPF/MF nº,
doravante denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, em decorrência da conclusão do PREGÃO
ELETRÔNICO Nº/2024, RESOLVE, REGISTRAR OS PREÇOS da: xxxxxxxxxx, inscrita no
CNPJ sob nº xxxxxxxxx, Inscrição Estadual xxxxxxxx, com sede na xxxxxxx, nº xxxxx, Bairro
xxxxx, xxxxxxxx, Cidade xxxxx, e-mail xxxxxxx, telefone (xx) xxxxx-xxxxxxx, neste ato
representada por seu representante legal, o Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxx, CNPF xxxxxxxx, RG xxxxxxxxxx,
doravante denominada FORNECEDOR, de acordo com o edital e seus anexos, que passam a fazer
parte integrante desta Ata, sujeitando-se as partes às determinações em conformidade com a Le
nº 14.133, de 1º de abril de 2021 [Lei de Licitações e Contratos Administrativos] e Decreto Federal
nº 11.462, de 31 de março de 2023 [Registro de Preços], e ainda, pela Lei Complementar nº
123/2006, bem como pelas condições estabelecidas nos seguintes termos:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o presente termo de referência tem por objeto o registro de preço para fornecimento de material e equipamentos odontológicos destinado a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, conforme demandas encaminhadas pelo Fundo Municipal de Saúde conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

.2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico SRP nº ____/20__ e seus Anexos, o qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, a proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

- 3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, será pelo período de 01(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84, Lei 14.133/2021).
- 3.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

4. DO PRECO

4.1. Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO			VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
TIEM	DO ITEM	UND	QUANT.	VALOR UNII.	VALOR TOTAL



	MÁXIMA	

- 4.2. O preço registrado e a indicação dos respectivos detentores da ata serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 4.3. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços;
- 4.4. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil;
- 4.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada (Art. 86, Lei 14.133/2021);
- 4.6. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/ 2021;
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
 - c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior o preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:
 - a) Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;
 - c) Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;
- 4.8. Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados, o Detentor da Ata, mediante requerimento comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:
 - a) Liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
 - b) Convocar os demais Detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação;

c) Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5. DO CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. O Órgão Gerenciador adotara a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
- §1º À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.
- §2º A ação da fiscalização não exonera o fornecedor de suas responsabilidades contratuais.
- 5.3. Nas Atas de Registro de Preços são indicados um Fiscal e o Gestor, que será responsável pelas rotinas de controle dessas atas, como:
 - a) Controle dos saldos;
 - b) Vigência da ata;
 - c) Controle sobre o Cadastro Reserva, os quais, quando houver, serão registrados na Ata de Registro de Preços, em sintonia com o Art. 82, § 5º, inciso VI;
 - d) Controle das Solicitações de Consumos de Ata;
 - e) Controle sobre as entregas, seus locais e seus prazos;
 - f) Controle sobre o recebimento do objeto;
 - g) Controle sobre as liquidações de Notas Fiscais;
 - h) Controle das obrigações de ambas as partes;
 - i) Controle sobre eventuais solicitações de troca de marca e de prorrogação do prazo de entrega;
 - j) Controle sobre eventuais notificações e eventuais sanções, entre outros.

6. DA FORMALIZAÇÃO DA DESPESA

- 6.1 Após o encerramento da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo **de 00 (-----) dias**, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante melhor classificado e convocado, desde que:
 - a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b) a justificação apresentada seja aceita pela Administração.
- 6.3. Na hipótese do convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;



- 6.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos previstos no item acima, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - a) convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.5. A contratação com os detentores da Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa, observado o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. O Detentor da Ata terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho, instrumento equivalente ou assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) O Cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 8.1 A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento de materiais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 8.2 O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pelo fornecimento cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.
- 8.3 O Município avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 9.1. São obrigações do órgão gerenciador:
 - I gerenciar a Ata de Registro de Preços:
- II prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- III emitir pareceres sobre atos relativos a execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, a exigência de condições estabelecidas no Edital e a proposta de aplicação de sanções;
- IV assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- V assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

- VI conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
 - VII fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Fornecedor Registrado;
- VIII a fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzira a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 10.1. São obrigações do fornecedor registrado:
- I manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
- II comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
- III atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
- IV abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

11. DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Os órgãos ou entidades que não participarem do procedimento licitatório poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
 - a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
 - c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 11.2 A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:
 - a) Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou
 - b) Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.
- 11.3. Limites de adesão a ata de registro de preços por íorgãos ou entidades não participantes:
 - a) As adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
 - b) O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12. DAS PENALIDADES

12.1 Serão aplicadas as sanções previstas no item 22 do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº _____/20----.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. A publicação da Ata de Registro de Preços deverá de realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 174 § 2º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão fará parte desta Ata de Registro de Preços.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca do Município de Riachuelo, Estado de Sergipe.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, e assinada em 3 (três) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via na Comissão permanente de Licitação deste Município.

	/SE, de de 20	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE Órgão Gerenciador	_
	[inserir razão social da empresa] [inserir representante legal da empresa] FORNECEDOR REGISTRADO	
TESTEMUNHAS: 1-		
Nome: CPF: 2-		
Nome:		

ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20-

REF: Pregão Eletrônico SRP nº ____/20--

CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

O presente anexo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar os materiais com preços iguais aos do licitante vencedor, obedecendo a sequência de classificação no certame, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da em virtude do cancelamento.

Item	Classificação	Fornecedor	CNPJ

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]
FORNECEDOR RESERVADO

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]
FORNECEDOR RESERVADO

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]

FORNECEDOR RESERVADO

ANEXO IV- DECLARAÇÕES GERAIS

OBJETO: registro de preço para fornecimento de material e equipamentos odontológicos destinado a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, conforme demandas encaminhadas pelo Fundo Municipal de Saúde conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- a) sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- c) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) que recebeu todos os documentos pertinentes à Concorrência supracitada e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações para o cumprimento das obrigações desta licitação
- e) sob as penas da lei, que se compromete a contratar os profissionais indicados, conforme Equipe Técnica apresentada;
- f) declara que tem conhecimento do local onde serão executadas as obras:
- g) declara que conhece e que aceita todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos.
- h) Declara que cumpre a cota de aprendiz a que está obrigada nos termos do artigo 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

,	de	de 2025.	
	Assinatur	ra e carimbo do repres	entante legal

ANEXO V MINUTA DE CONTRATO

	MINUIA DE CONT	RAIO		
	Minuta de Contrato MUNICIPIO DE e a Empresa		- ESTADO	
inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.00 000, na cidade de neste ato representado pelo seu domiciliado nesta cidade, inscrito no outro lado a empresa, estabelecida na, Estado de representada pelo o Sr de celebrarem o presente instrumer base na Legislação em vigor e nas cidade.	- ESTADO DE SEI 00/0000-00, com se , Estado de Sergipe titular, o Sr. CPF sob o nº 000.0 in , nº , nº , doravante , brasileiro, nto, tendo em vista o	RGIPE, pessoa de na, doravante den 00.000-00 e RC scrita no CNP., Bairro denominada Coque consta do	jurídica de d, nº 00, ominada CO _, brasileiro, 6 nº 000. 000 J nº, I CONTRATAD	lireito público, CEP 00.000- NTRATANTE, , residente e 0 SSP/, e do, na cidade de A, neste ato o fim especial
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJE	<u>TO</u> (Art. 92, I da L	ei nº 14.133/2	021)	
1.1 O presente contreferência parte integrante deste con		por objeto _, conforme	a projeto bás	fornecimento ico/termo de
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCL	ULAÇÃO (Art. 92, I	I da Lei nº 14.1	133/2021)	
2.1 O presente pacto vincula-se em oferecida pela CONTRATADA, bem co	sua plenitude aos te	rmos do Termo	de Referência	a, da proposta
CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGIS	<u> SLAÇÃO</u> (Art. 92, I	II da Lei nº 14.	133/2021)	
3.1 O presente contrato está sendo pertinentes a matéria, e será reg Constitucional.				
CLÁUSULA QUARTA - DO REGIM da Lei nº 14.133/2021)	E EXECUÇÃO OU F	ORMA DE FORI	NECIMENTO	(Art. 92, IV
4.1 A CONTRATADA deverá efetuar a a)				; ; ;

CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO E REAJUSTAMENTO (Art. 92, V da Lei nº 14.133/2021)

- 5.1 Em contraprestação aos serviços prestados/fornecimento na cláusula primeira, obriga-se a CONTRATANTE, a pagar a CONTRATADA, o valor descritono subitem 5.2.
- 5.2 O valor total deste contrato é de **R\$ 00.000,00 (-----)**.
- 5.3. O valor constante nesta cláusula poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, observada a variação do IPC-A para o período ou outro indicador que venha a substituí-lo, em conformidade com o prazo constante na cláusula quarta e mediante acordo formal entre as partes.
- 5.4. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.
- 5.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no item 5.1., o IPC-A ou outro indicador que venha a substituí-lo.

<u>CLAUSULA SEXTA - OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DE PAGAMENTO</u> (Art. 92, VI da Lei nº 14.133/2021)

- 6.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencimento.
- 6.2. O pagamento será efetuado de acordo com a prestação de serviços, no valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
 - b) Prova de regularidade junto às Fazendas Federal e INSS, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT, válidas no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal.
- 6.3. Os documentos de cobrança relacionados acima deverão ser apresentados no endereço da sede da Prefeitura Municipal de ______ Estado de Sergipe, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato, serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores;
- 6.4. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. A ordem cronológica referida no 6.4 poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas hipóteses previstas no art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021:

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO (Art. 92, VII da Lei nº 14.133/2021)

- 7.1 Este contrato tem o prazo de vigência de 00 (-----) meses contados a partir da data da sua assinatura.
- 7.2. Podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, pelo período de 00 (-----) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
 - a) Os serviços/fornecimento tenham sido prestados regularmente;

- b) A CONTRATANTE tenha interesse na continuidade dos serviços/fornecimento;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes; e
- d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

<u>CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u> (Art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A despesa orçamentária da execução deste contrato para o exercício de 20---, no valor de R\$ 00.000,00 (------), correrá por conta da dotação orçamentária abaixo, com saldo suficiente, assim discriminado:

CLÁUSULA NONA - DA MATRIZ DE RISCO (Art. 92, IX da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O mapa de risco que se encontra nos autos do processo administrativo que autorizou a contratação será preenchido durante a fase de execução do contrato pelo Gestor e Fiscal designados para a acompanhar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como as exigências previstas no Termo de Referência, visando aplicar ações de prevenção e contingência dos riscos e/ou danos que possam ocorrer durante a vigência do contrato, observado o disposto no art. 6º, inciso XXVII da Lei nº 14.133/2021.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA - PRAZO PARA RESPOSTA DO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO</u> (Art. 92, X da Lei nº 14.133/2021)

- 10.1 De acordo com o § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021, os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
- I à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- II ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.
- O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação.

Observação: Essa cláusula somente será prevista se a contratação for de <u>prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obras ou com predominância de mão de obra.</u>

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO PARA RESPOSTA DO PEDIDO DE EQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO</u> (Art. 92, XI da Lei nº 14.133/2021)

- 11.1 Para majorar, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, II "d", da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.
- 11.2 O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 00 (-----) dias, contado da data do pedido da documentação.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

12.1 Incumbe a COI	NTRATANTE:			
a)			•	
o) c)			,	
J)			•	
12.2 Incumbe a COI	NTRATADA:			
a)		 		

- b) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- c) Obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- d) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Executar os serviços elencados na Cláusula Primeira do presente contrato;
- f) Alocar todos os recursos necessários para se obter uma execução perfeita, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à contratante;
- g) Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- h) Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato;
- i) Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial;
- j) Em caso de não cumprimento do objeto deste contrato, responsabilizar-se, na forma da Lei, pelo inadimplemento do contrato, ficando o ônus sob sua responsabilidade;
- k) Não poderá transferir total ou parcialmente o contrato. Também não poderá subcontratar, ainda que parcialmente, a execução do seu objeto;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

- 13.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- I Advertência;
- II Multa;
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.2 Na aplicação das sanções serão considerados:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.3. Será aplicada a sanção prevista no inciso I do item 131.1 na hipótese de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.4. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma:
- 13.4.1. De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na entrega/prestação do serviço, observada a seguinte gradação:
- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%;
- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%;
- c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%;
- d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%;
- e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
- 13.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;
- 13.6 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 13.7. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 131.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- 13.8 A sanção prevista no inciso III do item 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de ______/SE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.9 A sanção prevista no inciso IV do item 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 13.10 A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.1 será precedida de análise jurídica;
- 13.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;
- 13.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 13.13 A aplicação das sanções previstas no item 13.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 13.14 Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação;
- 13.14.1 A notificação a que se refere o *caput* deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial do Município e no quadro de avisos da Prefeitura.
- 13.15 Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até **48 (quarenta e oito) horas,** após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do fornecimento/serviço encaminhará a Comissão de Processo Administrativo a qual instaurará processo administrativo punitivo;
- 13.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no item 13.4 deste edital. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;
- 13.17 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.1 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- 13.18 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação;
- 13.19 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 13.20 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do do item 13.1 deste edital, serão aplicadas de acordo com o Decreto n^o ____ de ______ de ______, do qual estabelece a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos;
- 13.21 A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 169, § 3º da Lei nº 14.133/2021;

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO</u> (Art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021)

14.1 O inadimplemento de qualquer das cláusulas do presente contrato conforme art. 137, incisos de I a IX da Lei nº 14.133/2021, é motivo justo para a extinção do mesmo. De acordo com o art. 138, da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- determinada nor decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou

compromisso arbitral, ou po	•	i decorrencia	de Clausula	Compromiss	oria ou
Parágrafo Único - A ext consensual deverão ser competente e reduzidas a to	precedidas de autor	rização escrita			
CLÁUSULA DÉCIMA QUIN		<u> AÇÃO e GESTÃ</u>	O DO CONTRA	<u>ATO</u> (Art. 92	2 inciso
XVIII e art. 117 da Lei no 15.1 A execução do d e, c para assisti-los e subsidiá-lo	contrato deverá se (cargo/função) de ou pelos respectivos	esignado pela substitutos, per	Portaria nº mitida a cont	00 de	de
15.2. O fiscal do contrato execução do contrato, dete defeitos observados, e info convenientes, a situação qu	rminando o que for rmará a seus superio	necessário para ores, em tempo	a regularizaçã hábil para a	ão das faltas adoção das i	ou dos medidas
15.3. O fiscal do contrato interno da Administração, o para prevenir riscos na exec	que deverão dirimir o cução contratual.	dúvidas e subsi			
<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEXT</u>	<u>A – DA FONTE DOS</u>	<u>RECURSOS</u>			
16.1 A despesa prevista na	cláusula segunda, co	rrerá por conta (de recursos pro	óprios.	
<u>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTII</u>	MA - DO FORO (Art	. 92, XIX § 1º	da Lei nº 14.:	133/2021)	
17.1. Fica eleito o foro d qualquer outro, por mais execução do presente Contr 17.2. E, assim, por se ach de Contrato em 02 (duas) testemunhas abaixo, a fim o	privilegiado que se rato. narem justos e contra vias de igual teor e	ja, para dirimi atados, assinam a para um único	r quaisquer do presente in	lúvidas surg strumento p	idas na articular
	_ (SE),de _		de		
Prefeit CONTRAT	-		CONTRATAD	О	
TESTEMUNHAS:		_CPF Nº			

